

**RELATÓRIO ATIVIDADES - 2007
CIRCUNSTANCIADO**

Presidente do Tribunal de Justiça

Des. Benito Alcântara de Figueiredo

Des. Sinésio Cabral Filho

Vice-Presidente do Tribunal de Justiça

Des^a Lucy Lopes Moreira

Des. Sinésio Cabral Filho

Corregedor-Geral

Des. João Pinheiro de Souza

ADMINISTRAÇÃO DO IPRAJ

Diretor-Superintendente do IPRAJ

Mauricio Góes Dantas

Chefe de Gabinete

Joselice Santos Brandão

Assessor Chefe de Planejamento

Francisco Alfredo Marcílio de Sousa Miranda

Assessor Chefe de Documentação e Informação

Cristiane Costa Magalhães

Controlador Chefe

Vânia Maria Macedo Martins Moreira

Procurador Chefe

Alípio Moura Filho

Gerente Financeiro e de Arrecadação

Yulo Sérgio Pereira Oliveira

Gerente de Recursos Humanos

Luciene Cavalcante Meireles

Gerente de Informática e Desenvolvimento Tecnológico

Elizabeth Maria Orge Lorenzo de Menezes

Gerente de Suprimento e Patrimônio

Francisco José Carneiro Mendonça

Gerente de Projetos e Obras

Sarah Gomes Viana

Gerente de Serviços Gerais

Vladimir de Sá Barros Guerreiro

Gerente Médico e Odontológico

José Fernando Montenegro Figueiredo

Gerente de Impressão e Publicações

Marden Miranda Braga

Coordenação Central de Licitação

Paulo César Silva de Matos

Coordenação de Prepostos Regionais

Aécio Pamponet Sampaio

Elaboração

Unidades do IPRAJ

Revisão Técnica – ASPLAN - IPRAJ

Livia Pereira Calmon de Bittencourt

Assessora/ASPLAN-IPRAJ

Marcelo José Couto de Freitas

Assessor/ASPLAN – IPRAJ

Ana Paula Teixeira

Assessora/ASPLAN-IPRAJ

SUMÁRIO

1. Apresentação	4
2. Finanças	5
2.1 Receita Fundo de Aparelhamento Judiciário -FAJ	6
2.2 Receita Inst. Pedro Ribeiro de Administração Judiciária - IPRAJ	7
2.3 Disponibilidade Financeira	7
2.4 Arrecadação Custas Cartorárias	8
3. Plano Plurianual 2004-2007	12
4. Modificações Orçamentárias	14
4.1 Execução Orçamentária do Poder Judiciário	14
4.2 Execução Orçamentária – FAJ	15
4.2.1 FAJ Custeio	17
4.2.2 FAJ Investimento	18
4.3 Execução Orçamentária - IPRAJ	18
4.3.1 IPRAJ Custeio	20
4.3.2 IPRAJ Pessoal	21
5. Ações Administrativas	23
5.1 Assessoramento	23
5.2 Fiscalização das Custas e Combate à Evasão de Receitas	49
5.3 Reformas nas Unidades do Poder judiciário	51
5.4 Assistência Médica e Odontológica	52
5.5 Informatização	54
5.6 Recursos Humanos	58
5.7 Material e Patrimônio	66
5.8 Documentação e Informação	76
5.9 Serviços Gerais	81
5.10 Impressão e Publicação	85
5.11 Licitação	87
6. Controle e Transparência	90
6.1 Acompanhamento das Solicitações de Auditorias e Inspeções do TCE	90
6.2 Implementação de grupo de Trabalho para Unidades Gestoras do Interior	93
6.3 Transparência nas Ações Sanadoras	93

APRESENTAÇÃO

1 Apresentação

O presente relatório, concernente às atividades deste Instituto no exercício de 2007, tem como objetivo o atendimento ao disposto no Art. 7º, do inciso VIII, do Regimento desta Autarquia.

Além de consolidar e fornecer ao Presidente do Tribunal de Justiça e ao Conselho de Administração informações relevantes sobre as atividades do IPRAJ, este relatório também proporciona melhor acompanhamento da importante missão de planejar, coordenar, dirigir, executar e controlar o suporte administrativo ao Tribunal de Justiça do estado da Bahia, e integra item específico da Prestação de Contas da Autarquia, conforme disposto na Resolução 137/00, alterada pela Resolução 89 de 27/12/02 e Resolução 63/03 de 16/10/03, do Tribunal de Contas do Estado da Bahia.

Para um melhor entendimento do que aqui se encontra exposto, o presente relatório foi detalhado mediante a apresentação de quadros demonstrativos, acompanhados de comentários e gráficos, quando necessário, possibilitando melhor análise das informações contidas que, por sua vez, foram divididas em cinco áreas de atuação – Finanças, Plano Plurianual 2004-2007, Modificações Orçamentárias do Poder Judiciário, contendo a execução do FAJ e a do IPRAJ, Ações Administrativas e Controle e Transparência.

Ressalte-se a imprescindível colaboração dos assessores, gerentes, supervisores e servidores do IPRAJ, que se dedicaram com empenho e profissionalismo para a consecução das atividades aqui demonstradas.

FINANÇAS

2 Finanças

2.1 Receita Fundo de Aparelhamento Judiciário – FAJ

Analisando o comportamento da receita realizada no exercício de 2007, verifica-se eficiência na arrecadação, em relação ao exercício anterior. A fonte 20 (custas cartorárias) apresentou um acréscimo de 16,95% e a fonte 40 (receita própria), um acréscimo de 10,97%.

Em se tratando da fonte 61, apesar de não haver previsão orçamentária para este exercício, observou-se uma arrecadação proveniente de convênio firmado com o Banco do Brasil da ordem de R\$6.875.486,34 (seis milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e trinta e quatro centavos) conforme discriminado abaixo:

Comportamento da Receita FAJ

2007

Receita		1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total 2007
Realizada	20 - Custas	16.068.249	17.000.790	18.636.337	18.275.963	69.981.339
	40 - Própria	813.574	866.063	1.042.281	1.043.813	3.765.730
	61-Convênios	3.355.117	46.441	3.449.538	24.390	6.875.486
	Total	20.236.940	17.913.293	23.128.156	19.344.166	80.622.555
Realizada 2006	20 - Custas	14.542.290	15.024.235	14.419.798	15.851.199	59.837.522
	40 - Própria	592.912	927.416	987.323	885.939	3.393.590
	61 -Convênios	0	0	0	0	0
	Total	15.135.202	15.951.651	15.407.121	16.737.138	63.231.112
Variação	20 - Custas	10,49%	13,16%	29,24%	15,30%	16,95%
	40 - Própria	37,22%	-6,62%	5,57%	17,82%	10,97%
	61-Convênios	0	0	0	0	0

Fonte: GFA/SUARC

2.2 Receita Instituto Pedro Ribeiro de Administração Judiciária – IPRAJ

Analisando o comportamento da receita realizada no exercício de 2007, verifica-se que em relação ao mesmo período do exercício anterior a fonte 20 apresentou um acréscimo de 3,87% e a fonte 40 um acréscimo de 31,13%.

Em se tratando da fonte 61, apesar de não haver previsão orçamentária para este exercício, observou-se uma arrecadação proveniente de convênio firmado com o Banco do Brasil da ordem de R\$333.941,00 (trezentos e trinta e três mil, novecentos e quarenta e um reais), conforme discriminado abaixo:

Comportamento da Receita IPRAJ 2007

Receita/Repasse		1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total 2007
Realizada	20 – Custas	16.068.249	17.021.242	18.636.337	18.275.987	70.001.815
	40 - Própria	1.884.663	2.183.150	2.499.540	2.304.340	8.871.693
	61-Convênios	83.503	83.534	83.488	83.415	333.941
	Total	18.036.415	19.287.926	21.219.366	20.663.743	79.207.449
Realizada 2006	20 - Custas	21.071.836	15.447.974	14.919.797	15.955.818	67.395.425
	40 - Própria	1.524.892	1.543.419	1.748.079	1.949.327	6.765.716
	61-Convênios	0	0	0	0	0
	Total	22.596.727	16.991.393	16.667.876	17.905.144	74.161.141
Variação	20 - Custas	-23,75%	10,18%	24,91%	14,54%	3,87%
	40 - Própria	23,59%	41,45%	42,99%	18,21%	31,13%
	61-Convênios	0	0	0	0	0

Fonte: GFA/SUARC

2.3 Disponibilidade Financeira

Em dezembro de 2007 a disponibilidade financeira nas contas correntes da Autarquia se dividiu em: R\$28.649.588,09 (vinte e oito milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, quinhentos e oitenta e oito reais e nove centavos) no IPRAJ, R\$32.590.937,91 (trinta e dois milhões, quinhentos e noventa mil, novecentos e trinta e sete reais e noventa e um centavos) no FAJ.

Em relação às obrigações do exercício anterior, restos a pagar, que não foram pagas do Fundo de Aparentamento Judiciário - FAJ, foi quitado 84,95% do total inscrito, sendo o restante anulado.

Demonstrativo de Pagamento dos Restos a Pagar
Posição em 31/12/2007

U.Orç	Gestora	Valor Inscrito (A)	Valor Pago (B)	Valor Cancelado (C)	Valor a Pagar (D=A-B-C)	Varição (E=B/A)
FAJ	GPO	168.663	160.838	7.825	-	95,36%
	GSP	1.979.846	1.923.529	56.316	-	97,16%
	GSG	574.450	232.638	341.812	-	40,50%
	GID	744.995	629.011	115.984	-	84,43%
	Total	3.467.953	2.946.016	521.937	-	84,95%

Fonte: GFA/SUCON

Em relação a unidade Orçamentária IPRAJ, 28,62% das obrigações inscritas em Restos a Pagar foram pagas, sendo o restante anulado.

Demonstrativo de Pagamento dos Restos a Pagar
Posição em 31/12/2007

U.Orç	U.Ges	Valor Inscrito (A)	Valor Pago (B)	Valor Cancelado (C)	Valor a Pagar (D=A-B-C)	Varição (E=B/A)
IPRAJ	GRH	105.235,00	11.737,44	93.497,56	-	11,15%
	GSG	187.454,92	58.101,45	129.353,47	-	30,99%
	GFA	98.452,56	42.308,06	56.144,50	-	42,97%
	C.Laje	106,49	27,49	79,00	-	25,81%
	C.C.Almeida	996,00		996,00	-	0,00%
	C.Jacobina	108,69	108,69		-	100,00%
	Total	392.353,66	112.283,13	280.070,53	-	28,62%

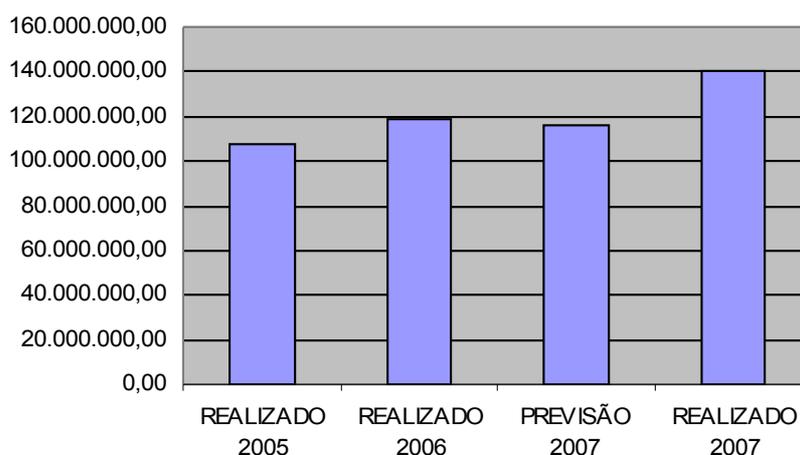
Fonte: GFA/SUCON

2.4 Arrecadação de Custas Cartorárias

A arrecadação líquida de custas cartorárias (dados financeiros), no ano de 2007, foi de R\$139.983.153,69 (cento e trinta e nove milhões, novecentos e oitenta e três mil, cento e

cinquenta e três reais e sessenta e nove centavos)¹, superior, portanto, em 20,68% à previsão de R\$116.000.000,00 (cento e dezesseis milhões de reais), elaborada em junho de 2006 para este período. O exercício de 2007 foi historicamente o melhor em arrecadação das custas cartorárias.

QUADRO COMPARATIVO DA ARRECADAÇÃO ANUAL DAS CUSTAS CARTORÁRIAS 2005 - 2007



Fonte:GFA/SUARC

É importante registrar que o crescimento da arrecadação das custas forenses no ano de 2007 não foi baseado em reajustes de valores na Tabela de Custas, uma vez que os mesmos estão congelados desde março de 2006. Esta eficiência foi resultante de ações eficazes realizadas, conjuntamente, por amplos setores do Tribunal de Justiça, incluindo o IPRAJ, a Corregedoria Geral e a Presidência, com o objetivo de sistematizar a arrecadação, adotando medidas administrativas repressivas e preventivas com o objetivo de coibir a evasão de receitas.

Merecem destaque, dentre estes esforços, o serviço de emissão de DAJ Eletrônico colocado à disposição dos contribuintes através do site do Tribunal de Justiça e a informatização dos cartórios, que contribuiu para a modernização e melhoria dos serviços cartorários, dotando a justiça de uma estrutura mais ágil e eficiente.

¹ Descontados os valores referentes a cheques devolvidos e Guias de Recolhimento.

Vale ressaltar que apesar da eficiência da arrecadação ocorreram fatores externos que afetaram o desempenho da arrecadação das custas neste exercício, como as paralisações parciais dos serventuários da justiça no período de 22 a 29/10/2007, 31/10 a 13/11/2007 e ocorrência da greve parcial dos bancários de 26/09 a 10/10/2006.

**EVOLUÇÃO ANUAL
ARRECAÇÃO DAS CUSTAS CARTORÁRIAS
2003 – 2007**

MESES	2003	2004	2005	2006	2007
Janeiro	7.512.964	7.373.109	7.989.306	9.607.842	11.234.591
Fevereiro	6.776.013	6.331.492	6.798.159	8.257.090	8.860.398
Março	6.496.620	8.458.008	9.283.366	11.055.096	12.299.492
Abril	6.175.387	7.201.614	8.593.625	9.252.148	11.132.088
Maio	7.934.172	7.740.049	6.913.944	11.259.581	11.894.329
Junho	6.659.678	7.267.056	9.379.874	9.655.289	10.968.084
Julho	8.539.784	8.578.330	9.803.126	11.176.075	12.329.370
Agosto	7.729.844	8.441.860	10.475.692	11.571.500	13.263.920
Setembro	8.689.419	5.604.550	10.397.271	5.474.699	11.863.788
Outubro	8.793.998	7.912.614	9.966.082	9.315.179	13.563.439
Novembro	7.879.326	8.536.999	10.314.065	12.079.696	9.848.211
Dezembro	6.845.662	8.977.481	7.478.927	10.538.613	12.725.444
TOTAL	90.032.868	92.423.164	107.393.437	119.242.808	139.983.154
MÉDIA MENSAL	7.502.739	7.701.930	8.949.453	9.936.901	11.665.263

Fonte:GFA/SUARC

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3 Plano Plurianual 2004-2007

O Plano Plurianual - PPA 2004-2007 é um instrumento norteador da política de investimentos e foi instituído através da Lei nº 8.885, de 17.11.2003, cabendo ao Poder Judiciário o valor total de R\$ 82,7 milhões. Este Plano foi constituído com três Programas de Governo, tais como:

JUSTIÇA CIDADÃ

Este Programa teve como objetivo facilitar o acesso da população mais carente à Justiça com a implantação de 35 unidades de Balcões de Justiça e Cidadania, sendo 24 na capital e 11 espalhados pelas Comarcas do interior do Estado da Bahia.

MODERNIZAÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL

Como objetivo, este programa teve o de melhorar e agilizar os serviços forenses através da implantação de sistemas informatizados e melhorias nas instalações das unidades judiciais e extrajudiciais.

Destaca-se a implantação do Sistema SAIPRO em todas as unidades judicantes da capital, 3ª entrância, 2ª entrância, 11 unidades da 1ª entrância, além dos Juizados Especiais e SAJ.

Para os Cartórios Extrajudiciais foi elaborado projeto para melhoria das instalações, locação de sistema informatizados e treinamento para os seus usuários. Foi implantado em todas as unidades da capital e em algumas comarcas de 3ª entrância, a exemplo de Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna, Lauro de Freitas e Camaçari. Com o objetivo de controlar a arrecadação e baixar os custos de implantação, nesses Cartórios, foi desenvolvido o Sistema Atos em substituição aos existentes. Este novo sistema já está sendo implantado e homologado em algumas unidades.

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Este programa teve como principal objetivo melhorar a qualidade dos serviços através do aprimoramento das instalações físicas, capacitando os servidores, aparelhando e reequipando todas as unidades do Poder Judiciário.

Para tanto, foram adquiridos 24.568 equipamentos e materiais permanentes para suprir as diversas unidades do Poder Judiciário e a melhorar a frota de veículos com a aquisição de 99 unidades.

No projeto de construção destacam-se 12 novos Fóruns nas Comarcas de Una, Palmas de Monte Alto, Piatã, Planalto, Tanhaçu, Valença, Caitité, Mucurí, Nova Viçosa, Côcos, Pojuca, Macaúbas. Vale ressaltar que a construção do Fórum da Comarca de Macaúbas foi custeada com recursos da fonte 61, convênio firmado com o Banco do Brasil.

Abaixo tabela da conclusão do PPA 2004-2007, contendo todos os Programas, Projetos e Metas com seus respectivos quantitativos e valores previstos e executados:

Programa	Projeto/Atividade Meta	Quant Prevista	Quant Executada	Dotação Prevista	Dotação Executada
Administrati va	Construção Instalação de Unid. Judiciárias			13.573.000	10.533.629
	Meta: Construção de Unidades Judiciárias	14	12	13.098.000	10.468.978
	Meta: Elaboração de Estudos e Projetos	9	6	475.000	64.651
	Ampliação e Reforma de Unid Judic			5.499.000	3.471.961
	Meta: Ampliação de Unidades Judiciárias	22	10	2.809.000	949.856
	Meta: Recup de Unidades Judiciárias	25	14	2.600.000	2.507.688
	Meta: Elaboração de Estudos e Projetos	4	4	90.000	14.417
	Reequip. Aparelhamento Unid. Judiciárias			14.951.000	10.376.855
	Meta: Aquisição de Equipam/mat. Perman.	23.211	24.568	12.502.000	8.225.655
	Meta: Aquisição de Imóvel	6	0	900.000	0
	Meta: Aquisição de Veículo	65	*99	1.549.000	2.151.200
	Capacitação de Recursos Humanos			5.950.000	868.804
	Meta: Capacitação de Servidor	4280	3.829	5.950.000	868.804
	Modernização Institucional Adm. Poder Judiciário			1.230.000	0
	Meta: Elaboração de Estudo e Pesquisa	2	0	250.000	0
	Meta: Moderniz Unid Judic Cart Modelo	6	0	450.000	0
	Meta: Implantação Central de Controle	1	0	470.000	0
Meta: Implantação do Progr Gestão Docum	1	0	60.000	0	
TOTAL DO PROGRAMA				41.203.000	25.251.249

* Sendo 24 adquiridos em 2007

Programa	Projeto/Atividade Meta	Quant Prevista	Quant Executada	Dotação Prevista	Dotação Executada
Modernização Processo Judic	Implant de Sist de Acompanhamento Integrado de Proces Judic – SAIPRO			5.638.000	6.459.114
	Meta:Implantação de Sistema Unid Jud	68	67	1.635.000	4.429.163
	Meta:Aquisição de Equipam de Inform	1.348	812	3.652.000	2.015.978
	Meta:Modernização de Unid Judiciárias	10	7	259.000	13.973
	Meta:Acompanham Sistema de Informaçã	1	0	92.000	0
	Informatização de Unidades Judiciárias			2.822.000	2.876.289
	Meta:Aquisição de Equipam de Inform	2.099	3.659	2.822.000	2.651.657
	Meta: Implant de Rede de Comunicação	1.475	1.475	0	224.632
	Modernização Cart. Tabel Extra- Judiciais			10.560.000	3.675.363
	Meta:Modernização de Unid Judiciárias	360	2	5.807.000	2.858.172
	Meta:Aquisição de Equipam de Inform	1.142	1.282	1.073.000	375.486
	Meta:Acompanhamento Sist de Inform	5	5	3.680.000	441.705
	Correição e Fiscaliz dos Serv Judic			320.000	69.228
	Meta:Comarca Fiscalizada	190	90	320.000	69.228
Modernização de Juizados Especiais			1.370.000	900.592	
Meta:Modernização de Unid Judiciárias	101	24	796.000	578.369	
Meta:Aquisição de Equipam de Inform	486	975	574.000	322.223	
Implantação da Justiça Virtual			415.000	520.675	
Meta:Implant de Tecnol de Rede comum	7	7	415.000	520.675	
	TOTAL DO PROGRAMA			21.125.000	14.501.261
Justiça Cidadã	Implantação de Justiça Itinerante			1.171.000	321.488
	Meta: Implantação de Unidade Itinerante	4	1	1.171.000	321.488
	Implant Núcleo Atendim Judic – NAJ			400.000	0
	Meta: Implantação de Núcleo	1	0	400.000	0
	Implant Balcão de Justiça e Cidadania			3.340.000	686.439
	Meta: Implant de Central de Informação	25	35	3.140.000	686.439
	Meta:Aquisição de Equipam de Inform	75	0	82.000	0
Meta: Aquisição Equipam/mate Perman	500	0	118.000	0	
	TOTAL DO PROGRAMA			4.911.000	1.007.927

Fonte:Asplan-IPRAJ

4 Modificações Orçamentárias

4.1 Execução Orçamentária do Poder Judiciário

Fazendo uma análise do Orçamento do Poder Judiciário de 2007, pode-se observar que os valores consignados nas suas Unidades Orçamentárias sofreram variações no decorrer do exercício financeiro. Considerando o orçamento final e o inicial a variação apresentada é de 13,82%, entre os valores R\$ 923.235.507,00 (novecentos e vinte e três milhões, duzentos e trinta e cinco mil,quinhentos e sete reais) e R\$ 811.168.411,00 (oitocentos e onze milhões,

cento e sessenta e oito mil, quatrocentos e onze reais), respectivamente. Entre o orçado inicial e o final da Administração Direta a variação é de 9,92% (9,91% da Secretaria do Tribunal da Justiça -STJ e 10% da Corregedoria Geral da Justiça-CGJ) A Administração Indireta apresenta, por razões específicas das suas despesas um maior variação, 13,85% (Instituto Pedro Ribeiro de Administração Judiciária-IPRAJ 12,40% e o Fundo de Aparelhamento Judiciário- FAJ 33,22%).

ORÇAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO DOTAÇÃO ATUALIZADA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		Inicial 2007	Final 2007	VAR. %
Direta	STJ	6.700.000	7.364.000	9,91%
	CGJ	1.000.000	1.100.000	10,00%
	SUB TOTAL	7.700.000	8.464.000	9,92%
Indireta	IPRAJ	747.442.411	840.135.038	12,40%
	FAJ	56.026.000	74.636.469	33,22%
	SUB TOTAL	803.468.411	914.771.507	13,85%
TOTAL		811.168.411	923.235.507	13,82%

Fonte:ASPLAN – IPRAJ

4.2 Execução Orçamentária - FAJ

A unidade orçamentária FAJ, responsável pelas despesas de investimento e por um percentual significativo das despesas de custeio do Poder Judiciário, liquidou ao final do exercício 76,7% da despesa anual autorizada, entre janeiro e dezembro de 2007, correspondendo a R\$57.244.353,00 (cinquenta e sete milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e três reais).

Compõem o orçamento do FAJ as fontes de recursos 20 (Custas dos Serviços Forenses), 40 (Receita Própria), 56 (Alienação de Bens) e 61 (Contribuições Federais).

A fonte 20 (Custas dos Serviços Forenses), destinada ao FAJ, financia despesas de custeio e investimento, tendo sido prevista, para o presente exercício, dotação orçamentária no valor de R\$ 63.760.469,00 (sessenta e três milhões, setecentos e sessenta mil, quatrocentos e sessenta e nove reais). Deste total, foi liquidado no período em análise, o percentual de 78,5% de ambas as despesas.

Já a fonte 40 (Receita Própria), para este exercício foi previsto dotação orçamentária para o FAJ no valor de R\$1.762.000,00 (um milhão, setecentos e sessenta e dois mil reais), sendo liquidado até o final do exercício aproximadamente R\$ 1.026.000 (um milhão e vinte seis mil) através das unidades gestoras.

A fonte 61 (Contribuições Federais) foi inserida no orçamento do FAJ em razão do repasse de recursos oriundos de Termo de Cooperação Mútua firmado entre o Tribunal de Justiça e o Banco do Brasil S.A, com interveniência da Autarquia.

O objeto desse termo é a obtenção de apoio institucional prestado pelo Banco ao Tribunal no que se refere aos programas de modernização, aprimoramento da administração e da qualidade na prestação de serviços pelo Poder Judiciário à sociedade.

Para o FAJ foi destinada dotação orçamentária no valor de R\$9.000.000,00 (nove milhões de reais), sendo R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) para o custeio e R\$7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais) para investimento. A liquidação dessa fonte no custeio do FAJ, foi de 81,6%, correspondendo ao montante de R\$1.224.438,00 (um milhão, duzentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e trinta e oito reais) e no investimento 66,2%, correspondendo ao montante de R\$ 4.964.375,00 (quatro milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, trezentos e setenta e cinco reais).

**04.400 – FAJ
EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA - SINTÉTICO
EXERCÍCIO 2007**

Fonte		Dotação Inicial	Dotação Atual	Liquidado 2006	Liquidado 2007	Liquidado 2007/2006	% Liq/Dot.Atual
Custeio	20	45.020.000	50.343.871	37.262.569	44.146.878	18,5%	87,7%
	40	1.762.000	1.503.654	1.230.267	1.026.665	-16,5%	68,3%
	61	0	1.500.000	0	1.224.438	0,0%	81,6%
	Total	46.782.000	53.347.525	38.492.836	46.397.981	20,5%	87,0%
Investimento	20	9.130.000	13.416.598	3.427.351	5.881.997	71,6%	43,8%
	40	0	258.346	546.900	0	-100,0%	0,0%
	56	114.000	114.000	0	0	0,0%	0,0%
	61	0	7.500.000	0	4.964.375	0,0%	66,2%
	Total	9.244.000	21.288.944	3.974.251	10.846.372	172,9%	50,9%
Total Geral		56.026.000	74.636.469	42.467.087	57.244.353	34,8%	76,7%
Fonte	20	54.150.000	63.760.469	40.689.920	50.028.875	23,0%	78,5%
	40	1.762.000	1.762.000	1.777.167	1.026.665	-42,2%	58,3%
	56	114.000	114.000	0	0	0,0%	0,0%
	61	0	9.000.000	0	6.188.813	0,0%	68,8%

4.2.1 FAJ - Custeio

Nas despesas de custeio geridas pelo FAJ, cuja dotação final foi de R\$53.347.525,00 (cinquenta e três milhões, trezentos e quarenta e sete mil, quinhentos e vinte e cinco reais), verifica-se uma execução de 87% das autorizadas para o exercício de 2007.

Contribuem para o gerenciamento das despesas de custeio do FAJ as Unidades Gestoras da Capital (GPO, GSP, GSG e GID), cuja análise de suas respectivas execuções segue abaixo.

Verifica-se, na Unidade Gestora 004 - GPO, um percentual de realização do custeio de 84,7% de liquidação de suas despesas, esclarecendo que esta unidade passou, neste exercício, a gerir também os recursos na fonte 61, apresentando 81,6% de despesas realizadas.

Quanto à Unidade Gestora 007 - GSP, apresentou, da mesma forma, um percentual de realização dessas despesas em 77,4% de execução na Fonte 20.

A execução da Unidade Gestora 008 - GSG atingiu na Fonte 20 um percentual de 93,6% em 2007. Na Fonte 40 o percentual de liquidação foi 70,4%.

A Unidade Gestora 009 - GID, apresentou uma execução no período de 83,9% das despesas liquidadas.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - FAJ DESPESAS DE CUSTEIO 2007

Gestora	Fonte	Dotação Inicial	Dotação Final	Liquidado 2006	Liquidado 2007	Liquidado 2007/2006	% Liq/Dot
GPO	20	4.000.000	6.078.530	3.950.450	5.148.569	30,33%	84,7%
	61	0	1.500.000	0	1.224.438	0,00%	81,6%
Total GPO		4.000.000	7.578.530	3.950.450	6.373.007	61,32%	84,1%
GSP	20	8.000.000	8.705.736	5.505.419	6.776.240	23,08%	77,8%
	40	0	45.000	0	0	0,00%	0,0%
Total GSP		8.000.000	8.750.736	5.505.419	6.776.240	23,08%	77,4%
GSG	20	19.560.000	24.572.559	18.585.827	23.006.519	23,79%	93,6%
	40	1.762.000	1.457.718	1.230.267	1.025.757	-16,62%	70,4%
Total GSG		21.322.000	26.030.277	19.816.094	24.032.276	21,28%	92,3%
GID	20	13.460.000	10.987.046	9.220.873	9.216.550	-0,05%	83,9%
	40	0	936	0	908	0,00%	97,0%
Total GID		13.460.000	10.987.982	9.220.873	9.217.458	-0,04%	83,9%
Total Geral		46.782.000	53.347.525	38.492.836	46.398.981	20,54%	87,0%

Fonte:ASPLAN_IPRAJ

4.2.2 FAJ - Investimento

Já as despesas com investimento, geridas unicamente pelo FAJ, apresentaram uma liquidação significativa, das despesas autorizadas para o exercício de 2007.

O FAJ gere as despesas de investimento das Unidades Gestoras da capital (GPO e GSP).

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - FAJ DESPESAS DE INVESTIMENTO 2007

Gestora	Fonte	Dotação Inicial	Dotação Final	Liquidado 2006	Liquidado 2007	Liquidado 2007/2006	% Liq/Dot
GPO	20	2.244.000	2.449.989	739.086	1.252.788	69,51%	51,13%
	61	0	4.500.000	0	2.130.204	0,00%	47,34%
Total GPO		2.244.000	6.949.989	739.086	3.382.992	357,73%	48,68%
GSP	20	6.886.000	10.916.609	2.688.265	4.629.209	72,20%	42,41%
	40	0	258.346	546.900	0	0,00%	0,00%
	56	114.000	114.000	0	0	0,00%	
	61	0	3.000.000	0	2.834.171	0,00%	94,47%
Total GSP		7.000.000	14.288.955	3.235.165	7.463.380	130,70%	52,23%
Total Geral		9.244.000	21.238.944	3.974.251	10.846.372	172,92%	51,07%

Fonte:ASPLAN_IPRAJ

4.3 Execução orçamentária – IPRAJ

A unidade orçamentária IPRAJ, que gere despesa de custeio e pessoal do Poder Judiciário, liquidou 99,3% da despesa anual autorizada em 2007, correspondendo a R\$ 834.247.602,00 (oitocentos e trinta e quatro milhões, duzentos e quarenta e sete mil e seiscentos e dois reais reais), demonstrando eficiência na sua execução.

04.600 - IPRAJ
EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA
EXERCÍCIO 2007

Fonte		Dotação Inicial	Dotação Atual	Liquidado 2006	Liquidado 2007	Liquidado 2007/2006	% Liq/Dot.Atua l
Custeio	00	100.000	100.000	87.000	33.750	-61,2%	33,7%
	20	52.516.000	69.507.190	55.039.404	65.728.533	19,4%	94,6%
	40	4.528.000	4.528.000	5.379.593	4.487.321	-16,6%	99,1%
	61	0	1.000.000	0	305.470	0,0%	30,5%
	Total	57.144.000	75.135.190	60.505.997	70.555.075	16,6%	93,9%
Pessoal	00	688.664.411	764.604.848	685.713.130	763.429.347	11,3%	99,8%
	20	1.634.000	395.000	451.334	263.180	-41,7%	66,6%
	Total	690.298.411	764.999.848	686.164.464	763.692.527	11,3%	99,8%
Total Geral		747.442.411	840.135.038	746.670.460	834.247.602	11,7%	99,3%
Fonte	00	688.764.411	764.704.848	685.800.129	763.463.097	11,3%	99,8%
	20	54.150.000	69.902.190	55.490.738	65.991.713	18,9%	94,4%
	40	4.528.000	4.528.000	5.379.593	4.487.321	-16,6%	99,1%
	61	0	1.000.000	0	305.470	0,0%	30,5%

Fonte:Asplan

Compõe o orçamento do IPRAJ as fontes de recursos 00 (Tesouro Estadual, 20 (Custas dos Serviços Forenses), 40 (Receita Própria) e 61 (Contribuições Federais).

A fonte 00 (Tesouro Estadual) financia despesas de pessoal do Poder Judiciário, bem como o custeio destinado à AMAB – Associação dos Magistrados da Bahia, ambas as despesas geridas pelo IPRAJ. Para o exercício de 2007, a dotação atual foi de R\$ 764.604.848,00 (setecentos e sessenta e quatro milhões, seiscentos e quatro mil e oitocentos e quarenta e oito reais), tendo sido liquidado o percentual de 99,8%.

Já a fonte 40 (Receita Própria), que para este exercício foi previsto dotação orçamentária para o IPRAJ no valor de R\$ 4.528.000,00 (quatro milhões, quinhentos e vinte e oito mil reais), foi executado percentual de 99,1%.

A fonte 61 (Contribuições Federais) foi inserida no orçamento do IPRAJ em razão do repasse de recursos oriundos de Termo de Cooperação Mútua firmado entre o Tribunal de Justiça e o Banco do Brasil S.A, com interveniência da Autarquia, no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a ser repassado em 36 parcelas, destes 30,5% já executados.

O objeto desse termo é a obtenção de apoio institucional prestado pelo Banco ao Tribunal no que se refere aos programas de modernização, aprimoramento da administração e da qualidade na prestação de serviços pelo Poder Judiciário à sociedade.

4.3.1 IPRAJ - Custeio

Analisando-se apenas as despesas de custeio geridas pelo IPRAJ, cuja dotação atual é de R\$75.135.190,00 (setenta e cinco milhões, cento e trinta e cinco mil e cento e noventa Reais), foi apresentada uma execução de 93,90% de liquidação das despesas autorizadas para o exercício de 2007.

Contribuem para o gerenciamento das despesas de custeio da Autarquia, as Unidades Gestoras (GRH, GSG e GFA), na capital, além das 89 unidades descentralizadas no interior do Estado.

A Unidade Gestora 006 – GRH liquidou 99,13% das despesas de custeio sob a sua gestão, correspondendo ao valor de R\$ 39.854.653,00 (trinta e nove milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil e seiscentos e cinquenta e três reais).

A execução apresentada pela Unidade Gestora 008 – GSG atingiu o percentual de 88,32%.

A Unidade Gestora 010 – GFA liquidou 81,33% da dotação autorizada anual.

As despesas de custeio geridas pelas Unidades Gestoras do interior apresentaram execução de 93,63% das despesas liquidadas.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - IPRAJ DESPESAS DE CUSTEIO 2007

U.G	Fonte	Dotação Inicial	Dotação Atual	Liquidado 2006	Liquidado 2007	Liquidado 2006/2007	% liq/Dot
GRH	20	32.605.000	37.804.264	30.099.592	37.442.098	24,39%	99,04%
	40	0	2.400.000	738.800	2.412.555	226,55%	100,52%
	Total	32.605.000	40.204.264	30.838.392	39.854.653	29,24%	99,13%
GSG	20	10.911.000	16.830.729	15.819.781	15.247.075	-3,62%	90,59%
	40	4.528.000	1.964.641	2.889.338	1.930.214	-33,20%	98,25%
	61	0	1.000.000	0	305.470	0,00%	30,55%
	Total	15.439.000	19.795.370	18.709.119	17.482.759	-6,55%	88,32%
GFA	20	5.000.000	7.491.200	3.784.438	6.128.797	61,95%	81,81%
	40	0	163.359	1.225.920	144.552	-88,21%	88,49%
	00	100.000	100.000	87.000	33.750	-61,21%	33,75%
	Total	5.100.000	7.754.559	5.097.358	6.307.099	23,73%	81,33%
Interior	20	4.000.000	7.380.997	5.861.128	6.910.564	17,91%	93,63%
Total Geral		57.144.000	75.135.190	60.505.997	70.555.075	16,61%	93,90%

Fonte: ASPLAN – IPRAJ

4.3.2 IPRAJ - Pessoal

Quanto às despesas de pessoal, geridas pela Autarquia, cuja dotação atual é de R\$764.999.848,00 (setecentos e sessenta e quatro milhões, novecentos e noventa e nove mil e oitocentos e quarenta e oito reais), a média apresentada no período correspondeu às expectativas previstas, já que 99,83% da despesa autorizada foi liquidada.

Contribuem para o gerenciamento dessas despesas somente as Unidades Gestoras da capital (GRH e GFA).

A Unidade Gestora 006 – GRH liquidou 99,84% das despesas autorizadas, o equivalente a R\$762.754.610,00 (setecentos e sessenta e dois milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil e seiscentos e dez reais).

A Unidade Gestora 010 - GFA, da dotação autorizada, no montante de R\$984.640,00 (novecentos e oitenta e quatro mil e seiscentos e quarenta reais), liquidou o valor de R\$937.917,00 (novecentos e trinta e sete mil, novecentos e dezessete reais), o equivalente a 95,25%.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - IPRAJ DESPESAS DE PESSOAL 2007

U.G	Fonte	Dotação Inicial	Dotação Atual	Liquidado 2006	Liquidado 2007	Liquidado 2006/2007	% liq/Dot
GRH	00	688.169.411	763.620.208	684.900.067	762.491.430	11,33%	99,85%
	20	1.634.000	395.000	451.334	263.180	-41,69%	66,63%
	Total	689.803.411	764.015.208	685.351.401	762.754.610	11,29%	99,84%
GFA	00	495.000	984.640	813.062	937.917	15,36%	95,25%
Total Geral		690.298.411	764.999.848	686.164.464	763.692.527	11,30%	99,83%

Fonte: ASPLA - IPRAJ

Sintetizando, houve um equilíbrio orçamentário no exercício de 2007 o que demonstra uma perfeita interação entre as unidades envolvidas.

AÇÕES ADMINISTRATIVAS

5 Ações Administrativas

5.1 Assessoramento

Algumas medidas administrativas foram realizadas, neste exercício, com vistas a possibilitar uma gestão mais célere de suas atividades, compreendendo, desde a necessidade de delegação de atribuições, com a designação de comissões compostas por servidores, até aquelas que exigem postura mais contundente, com a aplicação de sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e na Lei Estadual nº 9.433/05, conforme a seguir discriminado:

Objeto	Publicação	Descrição
Portaria nº 53/2007	07.02.2007	Designa servidores para compor a Comissão de Avaliação de Bens Móveis, conforme Processo nº 31404/2006.
Portaria nº 062/2007	13.02.2007	Designa servidores para constituir Comissão de Avaliação de Estágio Probatório.
Portaria nº 065/2007	15.02.2007	Notificar a empresa PROVIDER PRODUTOS E SISTEMAS LTDA, com sede em São Paulo, apresentar defesa, processo administrativo nº 49255/05, relativo à pretensão do IPRAJ, aplicar-lhe multa prevista no art. 192, inciso II da Lei Estadual nº 9.433/05
Portaria nº 136/2007	16.03.2007	Suspender a empresa LUKMA LTDA, com sede em Londrina (PR) da participação em procedimentos licitatório, por ter deixado de apresentar a documentação de habilitação e proposta de preço exigidas no Edital de Pregão nº 16/2005, após ter vencido certame licitatório, no âmbito do IPRAJ
Portaria nº 151/2007	23.03.2007	Suspender a empresa BETUSE COMERCIAL LTDA, com sede em Aracaju (SE), pelo prazo de 06 meses, por não ter apresentado documentação e amostra do produto exigidas no edital de Pregão nº 54/2004, após ter vencido certame licitatório, no âmbito do IPRAJ.
Portaria nº 160/2007	29.03.2007	Notificar a empresa WWR COMERCIAL LTDA, com sede em Salvador (BA) apresentar defesa, processo administrativo nº 33847/06, relativo à pretensão do IPRAJ, aplicar-lhe pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 06 meses, no âmbito do Poder Judiciário, por ter apresentado declaração falsa para participar do procedimento licitatório Pregão Eletrônico nº 013/2006.
Portaria nº 222/07	03.05.07	Notificar a empresa CARIMSETE -Carimbos Ltda a apresentar ao IPRAJ defesa prévia – Proc. Adm. nº 10.177/07. Rescisão de contrato e impedimento de licitar e contratar.
Portaria nº 228/2007	04.05.07	Notificar a empresa NOVA FUCS CONSTRUÇÕES LTDA, aplicação de multa, por atraso injustificado na execução de Contrato de Empreitada nº 11/06-EM.
Portaria nº 244/2007	10.05.07	Designa servidores membros da Comissão de Avaliação de Bens Móveis, anteriormente designada, para responder diligência requisitada pelo Egrégio Conselho de Administração do IPRAJ.
Portaria nº 248/2007	15.05.07	Designa servidores para compor a Comissão de Sindicância – Processos nºs 47518/2006 e 13579/2007.
Portaria nº 296/2007	07.06.07	Altera a composição da Comissão Permanente de Licitação, designa pregoeiros, definido-lhes as atribuições.
Portaria nº 330/2007	28.06.07	Prorrogar por mais 30 (trinta) dias, prazo para apresentação de Relatório Conclusivo da Comissão de Avaliação de Bens Móveis.

Objeto	Publicação	Descrição
Portaria nº 429/07	29.08.07	Notificar HERIVELTO DIAS DE SOUZA para no prazo de 05 (cinco) dias apresentar defesa escrita, referente ao proc. Administrativo nº 25.390/07.
Portaria nº 461/2007	18.09.07	Suspender a empresa RIBEIRO CALEO COM. VAREJISTA DE MAT. DE ESCRIT, INFORM E LIMPEZA LTDA, pelo prazo de 06 meses da participação em processos licitatórios, no âmbito do IPRAJ
Portaria nº 464/2007	21.09.07	Aplicar multa na empresa TEIXEIRA SOBRAL PRODUÇÕES GRÁFICAS LTDA, no valor de R\$ 20,16, face ao atraso injustificado de 06 dias na entrega do objeto da NE nº 003814.
Portaria nº 469/2007	24.09.07	Notificar a empresa PORTO BELO COM. E TURISMO LTDA, para no prazo de 05 dias, apresentar defesa prévia, processo administrativo nº 1712/07, relativo à pretensão do IPRAJ aplicar-lhe multa por não ter cumprido prazo de entrega ao lote 1, pregão eletrônico nº 005/07.
Portaria nº 498/07	03.10.07	Apresentar defesa prévia a empresa Santo André Ind. E Comércio Ltda, relativa à pretensão do IPRAJ em aplicar-lhe multa por atraso injustificado na execução do objeto contratado.
Portaria nº 567/07	12.11.07	Notificar Iara Ribeiro da Rocha para o prazo de 5 dias apresentar defesa escrita, referente ao processo nº 48.356/06, por não ter cumprido o prazo de entrega, objeto do pregão eletrônico nº 13/2006
Portaria nº 562/07	12.11.07	Notificar a empresa T&J Comércio Representações Ltda para o prazo de 5 dias apresentar defesa escrita por não ter cumprido o prazo de entrega, objeto do pregão eletrônico nº 17/2006
Portaria nº 571/07	21.11.07	Notificar a empresa Lau Com. De Equipamentos Eletro Eletrônicos para o prazo de 5 dias apresentar defesa prévia, em função da entrega fora do prazo contratado através do pregão eletrônico nº 022/2006
Portaria nº 572/07	21.11.07	Notificar a empresa CML – Comercial Moreira Ltda para o prazo de 5 dias apresentar defesa prévia, relativo à pretensão do IPRAJ, aplicar-lhe multa, por não ter cumprido prazo de entrega.
Portaria nº 584/07	22.11.07	Notificar a empresa Liceu de Artes e Ofícios da Bahia para o prazo de 5 dias apresentar defesa prévia, relativo à pretensão do IPRAJ, aplicar-lhe multa, por incorrer em inexecução parcial referente ao contrato nº 78/03 - S
Portaria nº 585/07	22.11.07	Aplicar multa à empresa V.M. Comércio Ltda em face do atraso injustificado de 2 dias na entrega do objeto do empenho nº 011721/06
Portaria nº 605/07	05.12.07	Constituir grupo de trabalho formado pelos servidores Waldeck Uzeda, Edvaldo Francisco da Silva, Ana Paula Bastos Soares, Antônio Carlos Lima, Maria das Graças Salinas de Oliveira, Sérgio Murilo Neves e Carlos Roberto Marques, para promover o acompanhamento, consolidação e transmissão ao TCE, por meio eletrônico, da prestação de contas dos Gestores do IPRAJ e do FAJ, pertinente ao exercício de 2007.
Portaria nº 641/07	13.12.07	Convocar os servidores Antônio Magnavita Neto, Josué Amaral Fonseca e Waldeck Uzeda para compor comissão de Avaliação de Bens Móveis.
Portaria nº 654/07	18.12.07	Notificar a empresa Maquimotor Com. De Máquinas e Motores Ltda para o prazo de 5 dias apresentar defesa prévia, relativo à pretensão do IPRAJ, aplicar-lhe a pena de suspensão temporária do direito de cadastrar, licitar e impedimento de contratar pelo prazo de 06 meses, por ter solicitado o cancelamento da proposta após ter a emissão de Nota de Empenho.
Portaria nº 667/07	21.12.07	Aplicar multa à empresa Livraria Cultura Ltda em face do atraso injustificado de 8 dias na entrega do objeto do empenho nº 012054/06
Portaria nº 673/07	28.12.07	Notificar a empresa Centauro Serviços Gráficos Ltda para o prazo de 5 dias apresentar defesa prévia, relativo à pretensão do IPRAJ, aplicar-lhe multa por incorrer em atraso injustificado de 5 dias na entrega do objeto do empenho nº 03211/06
Portaria nº	28.12.07	Designar os servidores Waldeck Uzeda, Sérgio Murilo Garcia Neves, Josué Amaral

Objeto	Publicação	Descrição
671/07		Fonseca e Jorlânio Lino Santos, para compor comissão de Bens e Valores existentes no IPRAJ
Portaria nº 672/07	28.12.07	Designar os servidores Alberto Belfort Neto, Aliomar Gomes Malaquias, Jorge José da Silva e Nilton Moraes de Andrade para compor comissão de Inventário de Bens Permanentes e de Consumo existentes no Almoxarifado do IPRAJ.

Plano Diretor do Poder Judiciário

O Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, visando o aprimoramento da gestão e a minimização de impactos advindos da descontinuidade administrativa, desenvolveu ao longo dos anos de 2006/2007, o **Plano Diretor do Poder Judiciário do Estado da Bahia – PDJ**, instrumento de gestão contínua que objetiva fornecer diretrizes e programas numa perspectiva de até dez anos.

Nessa direção, em outubro de 2006 foi realizado o Seminário de mobilização do PDJ, com o objetivo de informar ao público interno, bem como à sociedade civil, o processo de elaboração do referido Plano, além de mobilizar os atores a participarem de seu desenvolvimento.

A fase inicial do Plano, denominada Visão Diagnóstica, teve como finalidade coletar as percepções dos diversos atores, envolvidos direta ou indiretamente, acerca do Judiciário baiano, através da aplicação de questionários e da realização entrevistas abertas.

Foi realizada a pesquisa Cidadã com 3.000 habitantes de 57 comarcas no Estado da Bahia. Todos os 582 magistrados também receberam um questionário para participar do diagnóstico, sendo que em média 53% deles responderam. Por fim, em 28/03/2007 foi iniciada uma pesquisa censitária com os 9.172 servidores e serventuários ativos do Judiciário baiano, abordando questões sobre a imagem e o funcionamento do Judiciário em sua totalidade.

Seguindo-se a faseologia do Plano a Visão Estratégica foi construída em seminário realizado nos dias 01 e 02/03/2007 na cidade de Valença. Através de trabalhos individuais e coletivos com a participação de desembargadores, juízes e assessores do TJ/BA, foram definidos os seguintes elementos: missão, visão, diretrizes e objetivos estratégicos do Poder Judiciário do Estado da Bahia.

Complementarmente foi definido o Marco Lógico, estruturação de todas as idéias e soluções previstas, consolidando-as numa estrutura de projeto.

Considerando também a necessidade de gerir a execução do PDJ, o Presidente Benito Figueiredo instituiu, através do Decreto nº 018, de 09 de maio de 2007, a Comissão de Gestão do Plano, formada por uma equipe multidisciplinar de magistrados e técnicos, cujas competências vão desde a fiscalização da execução das ações propostas, até a reavaliação periódica dos projetos, passando pela identificação de fontes de recursos e de colaboradores para compor equipes de trabalho ao longo do desenvolvimento das atividades.

Os trabalhos do Plano Diretor do Poder Judiciário do Estado da Bahia, prosseguiram no terceiro trimestre de 2007 quando, a partir dos principais pontos críticos identificados no diagnóstico, foram criados nove grupos de trabalho em áreas estratégicas, como transparência administrativa e comunicação, gestão dos recursos financeiros, gestão da mudança, tecnologia da informação, acesso à Justiça, gestão de recursos humanos, estrutura e processos, planejamento e gestão e gestão da informação, envolvendo mais de 80 pessoas entre técnicos do IPRAJ e do Tribunal, representantes de servidores e magistrados, para discutir e detalhar as atividades a serem desenvolvidas em cada área, identificando as ações prioritárias para solução dos problemas enfrentados pelo Judiciário.

Após este trabalho foram definidas as metas a serem alcançadas através do PDJ, dentre as principais estão:

- Triplicar o número de atendimentos nos serviços de acesso à Justiça (NAJ, SAJ, Balcão de Justiça e Cidadania e Justiça Itinerante) em 10 anos
- Incrementar a arrecadação de custas em 150% até 2017
- Informatizar e interligar todos os cartórios nos próximos três anos • Disponibilizar 100% dos atos judiciais na Web em cinco anos
- Implantar o Portal do Poder Judiciário em um ano

Decorrida esta etapa, iniciou-se a fase Gerencial quando as equipes quantificaram os recursos necessários à implementação dos projetos e estimaram orçamentos para execução das ações propostas pelo PDJ ao longo do próximo decênio.

Concluída a Fase Gerencial do PDJ, foi elaborado um plano de ação e investimentos no Poder Judiciário do Estado da Bahia, por área temática. Definidos estes elementos, foi estruturado o

documento oficial do Plano Diretor, aprovado pelo Tribunal Plano e apresentado em 24 de outubro à sociedade, ocasião também em que foi entregue às autoridades dos demais Poderes.

Além do documento oficial, foi elaborada uma versão especial que foi distribuída, juntamente com os contracheques, para todos os membros do Poder Judiciário.

Por fim, a equipe técnica está realizando a preparação para execução do PDJ, através da elaboração de uma rede de precedência entre os produtos, com o detalhamento das aquisições e contratações para os primeiros 12 meses de execução do PDJ.

Em busca de apoio financeiro para execução de algumas ações, está sendo feita articulação com o Poder Executivo para apresentação de uma carta-consulta ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Também está sendo viabilizado um acordo de cooperação técnica com o BID para a prospecção das práticas organizacionais inovadoras em outros tribunais de justiça através de visitas *in loco*.

Desta forma, em 2008 será iniciada a execução do PDJ, com vistas a ampliar e modernizar as estruturas administrativas e judicantes, melhorando as condições de trabalho dos servidores e a qualidade do atendimento ao cidadão.

Assessoria de Comunicação

Durante a fase final de elaboração do Plano Diretor do Poder Judiciário (PDJ), a **ASCOM** participou ativamente das reuniões dos Grupos de Trabalho de Comunicação e Transparência Administrativa e de Gestão da Mudança, colaborando com a discussão dos projetos que constam no documento final do Plano. A área sugeriu, entre outros, ações que promovessem a padronização dos procedimentos de atendimento ao público (população em geral), a criação de novos canais de comunicação interna e com a sociedade e a promoção de campanhas de sensibilização junto aos servidores.

Principais ações da ASCOM:

➤ Produção de notícias para DPJ e newsletter do TJ

Por determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Diário do Poder Judiciário (DPJ) passou por uma reformulação e o conteúdo jornalístico, que contempla publicação de matérias

sobre as ações, projetos, acontecimentos e decisões no âmbito do Poder Judiciário Estadual, passou, a partir do dia 04 de agosto, a ser veiculado semanalmente, como um caderno do DPJ, batizado de TJ Notícias Bahia. Por conta desta alteração na periodicidade de publicação do caderno jornalístico, houve uma redução no volume de matérias sobre projetos e iniciativas implementadas pelo IPRAJ.

Até 31 de dezembro de 2007, foram publicadas 12 notícias produzidas pela ASCOM IPRAJ no TJ Notícias (versão impressa e newsletter enviada por e-mail), incluindo matérias e notas.

➤ **Produção do Informativo Administração em Pauta**

Mensalmente, a ASCOM publica o Administração em Pauta, reunindo notícias sobre as ações da autarquia. O Informativo de 02 páginas (frente e verso de uma folha A4) é distribuído juntamente com os contracheques, possibilita o acompanhamento dos projetos e atividades da autarquia, contribuindo para melhoria a imagem da instituição junto ao público interno. São impressos 13 mil exemplares a cada mês.

A seguir, listam-se as matérias publicadas em cada uma das edições do período:

Outubro/2007

Notícias da Gestão: Cobertura do lançamento do Plano Diretor do Poder Judiciário (PDJ)

Notícias da Gestão 2: Divulgação do quantitativo das reformas realizadas através do PPMR – Programa Permanente de Manutenção e Recuperação de Imóveis

Saiba Mais: Orientações referentes ao suprimento de materiais

Agende-se: Datas importantes/comemorativas do mês de novembro

Novembro/2007

Notícias da Gestão: Apoio do IPRAJ à implantação do 1º Juizado Virtual da Bahia

Notícias da Gestão 2: Campanha de Prevenção e Combate ao Diabetes

Notícias da Gestão 3: Novas instalações da 1ª e 2ª Varas de Defesa do Consumidor

Notícias da Gestão 4: Cobertura do Fórum Estadual Criminal, promovido pela SUDRH/IPRAJ

Notícias da Gestão 5: Cobertura do Treinamento em BrOffice

Agende-se: Datas importantes/comemorativas do mês de dezembro

Dezembro/2007

Notícias da Gestão: Resultados obtidos com os mutirões de fiscalização da arrecadação de custas cartorárias

Notícias da Gestão 2: Acompanhamento das obras de construção do Anexo TJ

Saiba Mais: Progressão por Escolaridade

Especial: Servidor de Cruz das Almas elabora monografia com base no Plano Diretor do Poder Judiciário (PDJ)

Agende-se: Datas importantes/comemorativas do mês de janeiro/2008

➤ **Clippagem de notícias**

Durante o trimestre, a ASCOM deu continuidade ao arquivamento de matérias impressas sobre o IPRAJ e seus projetos, bem como matérias sobre o Poder Judiciário que se relacionem com ações atuais e futuras do órgão.

➤ **Campanhas especiais**

De outubro a dezembro, as campanhas implementadas foram:

- Pagamento da progressão por escolaridade: com o objetivo de esclarecer os servidores do Poder Judiciário sobre a incorporação da progressão salarial àqueles servidores que obtiveram novas titulações acadêmicas após o ingresso no Judiciário, a ASCOM criou um link especial no site da autarquia sobre o tema, além de preparar matérias publicadas no DPJ e no informativo Administração em Pauta.

-Controle de Gastos com Telefonia: em parceria com a Gerência de Serviços Gerais (GSG), a ASCOM criou um cartaz e um adesivo, a serem distribuídos entre todas as unidades do Poder Judiciário, chamando a atenção dos servidores e magistrados sobre a necessidade de um uso mais racional dos telefones pertencentes ao Poder Judiciário. Além disto, foi elaborado um ofício, encaminhado aos juizes diretores das comarcas onde foi detectado consumo excessivo de telefone, para solicitar o apoio deles na orientação aos servidores e fiscalização para evitar abusos.

➤ **Suporte às Áreas/Gerências**

No 4º trimestre, a assessoria de comunicação apoiou a organização e divulgação das seguintes iniciativas:

➤ **Lançamento do Plano Diretor do Judiciário (PDJ):**

Um dos principais projetos da atual gestão do IPRAJ foi a elaboração do Plano Diretor do Poder Judiciário, que estabelece as diretrizes para modernização da gestão administrativa na Justiça Estadual nos próximos 10 anos. Após um ano de trabalho, envolvendo diversos segmentos e atores sociais na processo de construção do conteúdo, o Plano foi oficialmente lançado pelo então presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Benito Figueiredo, no dia 24 de outubro, numa grande cerimônia que contou com a presença dos chefes dos Poderes executivo e Legislativo, desembargadores, juizes, servidores e serventuários e a imprensa em geral.

A ASCOM se responsabilizou, juntamente com o Cerimonial do Tribunal de Justiça, pela organização e divulgação do evento de lançamento do Plano, envolvendo-se na criação e produção dos convites e ofícios às autoridades, cuidando da elaboração e impressão do folheto de divulgação do Plano – que traz um resumo do processo de elaboração e dos principais projetos e metas a serem alcançadas através dele –, providenciando a impressão do documento oficial do Plano, além de montar os kits entregues para os participantes do evento (pasta, bloco, folhetos e caneta do PDJ). A área também criou um vídeo-clip, exibido durante a cerimônia de lançamento, trazendo depoimentos de ministros, desembargadores, secretários de estado, juizes e servidores que participaram ativamente do processo de elaboração do PDJ, demonstrando a crença nas ações propostas no Plano para a melhoria da atuação da Justiça estadual.

A estratégia de lançamento do PDJ envolveu um intenso trabalho junto à imprensa nacional e local, com a produção e envio de releases para as redações jornalísticas e a realização de um almoço que contou com a participação de proprietários, diretores, editores e jornalistas dos principais veículos de comunicação da capital baiana.

Uma outra ação importante implementada pela ASCOM, por conta do lançamento do PDJ, foi o envio a todos os membros do Poder Judiciário, juntamente com os contracheques, do folheto

especial com os principais projetos a serem implementados, bem como as metas bienais por componente de ação (Acesso à Justiça, Práticas e Procedimentos Judicantes, Transparência e Articulação Interinstitucional, Planejamento e Organização Administrativa e Gestão de Recursos Estratégicos). Ainda para possibilitar aos interessados conhecer o conteúdo do Plano, uma cópia do documento foi disponibilizada na íntegra no site do PDJ (www.tj.ba.gov.br/pdj), em formato PDF.

Em novembro, ASCOM fez também a cobertura da viagem do desembargador Carlos Alberto Dutra Cintra e do superintendente do IPRAJ, Maurício Dantas, que estiveram em Brasília nos dias 28 e 29 para entregar uma cópia do Plano Diretor aos dirigentes do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, dos Ministérios da Justiça e do Planejamento e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

➤ **Fórum Estadual Criminal:**

Em apoio à Supervisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos (SUDRH), a ASCOM elaborou as peças de divulgação (cartaz, folder, banner eletrônico e banner) para o evento, realizado no auditório do TJBA no dia 13/11; redigiu o ofício-convite aos magistrados e preparou matérias noticiosas veiculadas no TJ Notícias.

➤ **Criação da cartilha “Correspondência Legal”:**

Durante os meses de outubro, novembro e dezembro, a ASCOM se dedicou, juntamente com a equipe do Núcleo de Documentação e Informação (NDI), à elaboração da cartilha educativa Correspondência Legal. Em formato de revista em quadrinhos, a cartilha traz orientações para o uso eficiente dos serviços de postagem disponíveis no Poder Judiciário, visando, de maneira lúdica e descontraída, esclarecer sobre os procedimentos que devem ser adotados para o envio de documentos e materiais oficiais. Foram confeccionadas 2.500 cartilhas pela Gerência de Publicação e Impressão do IPRAJ, sendo que o NDI fará a distribuição das mesmas no início do próximo ano.

Ainda no 4º trimestre, a assessoria apoiou também a realização do **Curso de Capacitação de Comunicadores**, promovido pela AMAB em Salvador.

➤ **Reformulação do Site IPRAJ**

A ASCOM deu continuidade à atualização do site da autarquia, não somente com a publicação de notícias, mas também com a divulgação de eventos e campanhas especiais, através do uso de recursos como banners eletrônicos. Entretanto, percebendo a necessidade de modernizar o layout e implementar melhorias na organização dos conteúdos, priorizando os serviços para os usuários, a ASCOM propôs à superintendência uma reformulação geral do site da autarquia, iniciando em outubro o projeto de modificação, que prima pela usabilidade dos recursos de navegação e pela qualidade do conteúdo apresentado.

Além de trazer informações institucionais, no novo site serão disponibilizados serviços que facilitem a vida de quem procura/recorre ao IPRAJ. Foi criada uma nova programação visual e uma nova hierarquia da informação. O novo site está sendo desenvolvido com o apoio da Gerencia de Informática e Desenvolvimento Tecnológico e deve entrar no ar em janeiro do próximo ano.

➤ **Conclusão do Vídeo Institucional**

Após a finalização das gravações, no 3º trimestre, a equipe da ASCOM se envolveu na fase de finalização do vídeo institucional da autarquia, com a seleção dos depoimentos e das imagens a serem usados, a escolha de trilha sonora, a definição da programação e efeitos visuais e acompanhamento da edição./montagem. Com 12 minutos de duração, o vídeo destaca a importância do IPRAJ no suporte administrativo ao Poder Judiciário baiano, apresenta a estrutura e o funcionamento da autarquia e registra alguns dos projetos implementados e os resultados alcançados pela atual.

No final do ano, uma cópia do vídeo foi encaminhada a todos os desembargadores do TJBA e aos gerentes do IPRAJ, e durante o mês de janeiro, serão feitas exibições para os servidores internos da autarquia.

➤ **Marketing de Relacionamento**

Por ocasião das festas de fim de ano, a Assessoria criou um cartão de natal assinado pelo superintendente da autarquia, que foi encaminhado a todos os servidores do IPRAJ, a desembargadores, juizes assessores e autoridades de instituições como Ministério Público, Justiça Federal, Governo do Estado, Assembléia Legislativa, Supremo Tribunal Federal,

Superior Tribunal de Justiça, Ministério da Justiça, além de instituições parcerias em geral. A ação surtiu um efeito bastante positivo, com recebimento de respostas retribuindo as felicitações por quase todos os cartões enviados.

➤ **Atendimento on-line a servidores/internautas**

Durante o 4º trimestre de 2007, a ASCOM recebeu e respondeu mais de 120 e-mails com dúvidas, sugestões e reclamações enviadas através do link “Fale Conosco” do site do IPRAJ por servidores do quadro do Poder Judiciário, advogados, estudantes e pessoas em geral.

Coordenação de Prepostos

Na Coordenação de Prepostos, foram realizados neste exercício treinamentos para a utilização do sistema das comarcas descentralizadas aos novos servidores e magistrados, tais como:

COMARCA	PERÍODO
CONCEIÇÃO DO ALMEIDA	2/02 a 15/02/07
GUANAMBI	25/02 a 02/03/07
UBAITABA	05/03 a 09/03/07
FEIRA DE SANTANA	05/03 a 09/03/07
RIACHÃO DO JACUIPE	2/03 a 13/03/07
BRUMADO	12/03 a 17/03/07
ITAMARAJU	21/05 a 26/05/07
PALMEIRAS	23/05 a 25/05/07
S.GONÇALO DOS CAMPOS	18/06 a 21/06/07
CASTRO ALVES	25/06 a 29/06/07
CANAVIEIRAS	16/07 a 21/07/07
MATA DE SÃO JOÃO	23/07 a 25/07/07
ITAMARAJU / PRADO	05/08 a 11/08/07
R.JACUIPE / JEREMOABO / P.AFONSO	12/08 a 18/08/07
IPIAU	20/08 a 23/08/07
IPIRÁ / JACOBINA / RUY BARBOSA	27/08 a 31/08/07
MIGUEL CALMON	03/09 a 06/09/07
LAGE	24/09 a 29/09/07
IBOTIRAMA	01/10 a 06/10/07
ALAGOINHAS / SERRINHA	01/10 a 05/10/07
CRUZ DAS ALMAS	05/11 a 09/11/07
DIAS D'ÁVILA	26/11 a 29/11/07

Visando a Criação e/ou Reativação de senhas PRODEB/SICOF, a Coordenação de Prepostos realizou os seguintes atendimentos nas Unidades Gestoras:

No primeiro trimestre foram realizados 64 atendimentos nas Comarcas de: Baixa Grande, Brumado, Cachoeira, Castro Alves, Catu, Conde, Cruz das Almas, Esplanada, Eunápolis, Feira de Santana, Gandu, Itabuna, Itapetinga, Juazeiro, Laje, Palmeiras, Prado, Riachão do Jacuípe, Rio de Contas, Santa Maria da Vitória, Santo Antônio de Jesus, São Félix, Sapeaçu, Senhor do Bomfim, Serrinha, Ubaitaba, Valença, Vitória da Conquista e Xique-Xique.

No segundo trimestre foram realizados 34 atendimentos para as seguintes Unidades Gestoras: Brumado, Bom Jesus da Lapa, Cachoeira, Castro Alves, Conde, Dias D'ávila, Euclides da Cunha, Eunápolis, Feira de Santana, Guanambi, Ipirá, Itabuna, Lauro de Freitas, Mairí, Palmeiras, Paripiranga, Prado, São Francisco do Conde, São Gonçalo dos Campos, Santa Maria da Vitória, Seabra, Ubaitaba, Valença, Vitória da Conquista e Xique-Xique.

No terceiro trimestre foram 99 atendimentos: Alagoinhas, Amargosa, Baixa Grande, Barra, Barreiras, Cachoeira, Camaçari, Canavieiras, Castro Alves, Catu, Cícero Dantas, Conceição do Almeida, Conde, Cruz das Almas, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Ibotirama, Ipiaú, Ipirá, Irará, Irecê, Itaberaba, Itabuna, Jeremoabo, Lage, Lauro de Freitas, Mairí, Maragogipe, Mata de São João, Miguel Calmon, Milagres, Muritiba, Nazaré, Paripiranga, Paulo Afonso, Piritiba, Planalto, Riachão do Jacuípe, Ruy Barbosa, Santa Cruz Cabralia, Santa Maria da Vitória, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, Santo Estevão, São Francisco do Conde, São Gonçalo dos Campos, Seabra, Serrinha, Ubaitaba, Uruçuca, Valença, Vitória da Conquista e Xique-Xique.

No quarto trimestre 77 atendimentos nas Unidades Gestoras: Alagoinhas, Baixa Grande, Barra, Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Brumado, Cachoeira, Caetité, Camaçari, Conceição do Almeida, Conde, Cruz das Almas, Dias D'ávila, Euclides da Cunha, Eunápolis, Feira de Santana, Ibicuí, Ipiaú, Irará, Itaberaba, Itabuna, Itamaraju, Jeremoabo, Juazeiro, Lage, Lauro de Freitas, Mata de São João, Morro do Chapéu, Mundo Novo, Muritiba, Paripiranga, Planalto, Prado, Rio de Contas, Santa Cruz Cabralia, São Félix, São Sebastião do Passé, Seabra, Senhor do Bomfim, Serrinha, Uruçuca, Valença e Xique-Xique.

No período de 28/11 a 28/12/07 foram mobilizadas todas as 89 (oitenta e nove) Unidades Gestoras para efetuar o envio da Prestação de Contas de Encerramento 2007, referente às despesas executadas neste exercício. Tarefa executada em 4 etapas:

1. Contato inicial solicitando remessa da Prestação de Contas por meio eletrônico e impresso;
2. Orientação para preenchimento e envio;
3. Conferência e consolidação das Planilhas ;
4. Envio à GFA/SUORF.

A partir do dia 02/05/07 os Contratos de Locação de Imóveis das Unidades Gestoras do Interior passaram a ser administrados por esta Coordenação. Abaixo quadro da posição atualizada dos Contratos, por entrância:

ENTRÂNCIA	QTDE CONTRATOS VIGENTES
1^a	6
2^a	26
3^o	53
Total	85

Além destes atendimentos a Coordenação de prepostos presta o serviço de *help desk*, ou seja, através do telefone são esclarecidas dúvidas sobre procedimentos operacionais e legislação, atendendo-se em média 15 (quinze) telefonemas diários.

Procuradoria Jurídica

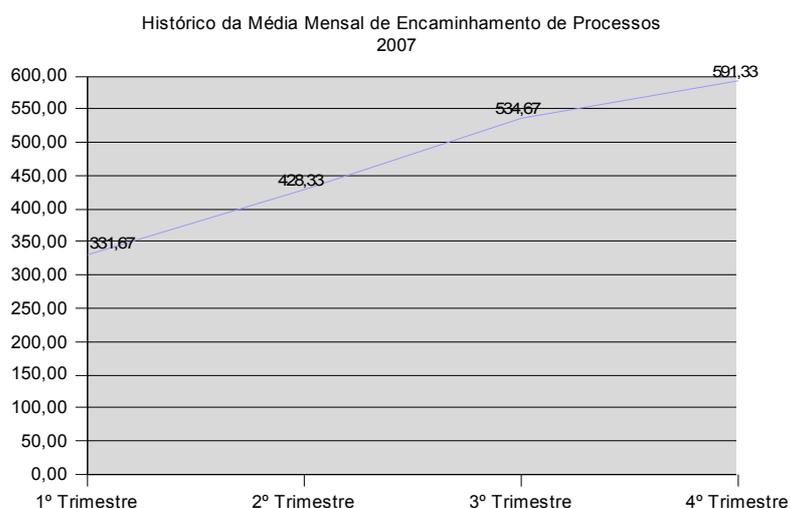
A **Procuradoria Jurídica**, no exercício de 2007, deu continuidade à estratégia de atuação pró-ativa, antecipando-se no fornecimento de orientação jurídica às demais Unidades, possibilitando maior agilidade na persecução da atividade-fim da Autarquia. Discussões técnicas internas possibilitaram um melhor alinhamento dos tratamentos dados aos casos concretos e uma saudável unificação dos entendimentos.

➤ **Processos administrativos**

No âmbito administrativo, foram desenvolvidas teses jurídicas importantes para a agilidade dos serviços prestados às demais Unidades, tendo a Procuradoria Jurídica atuado no assessoramento jurídico às respostas aos questionamentos formulados pelo Tribunal de Contas do Estado, bem assim no acompanhamento jurídico de licitações importantes como a de terceirização de pessoal e contratação de serviços de telefonia.

Na área de arrecadação de custas foi realizado um trabalho intensivo no apoio à recuperação de créditos e análise dos projetos de fiscalização. Ainda, diversos pedidos de parcelamentos requeridos por servidores/contribuintes em débito foram analisados juridicamente por esta Procuradoria.

Conforme se depreende da análise dos dados a seguir, durante o exercício de 2007, não houve significativa variação da média mensal de processos recebidos na Unidade:



Por outro lado, a média mensal de encaminhamentos que havia aumentado em 29,15% (vinte e nove vírgula quinze por cento) do primeiro para o segundo trimestre, e em 24,82% (vinte e quatro vírgula oitenta e dois por cento) do segundo para o terceiro trimestre, agora aumenta em mais **10,6% (dez vírgula seis por cento)**, demonstrando nítido aumento de produtividade da Unidade durante o exercício de 2007.

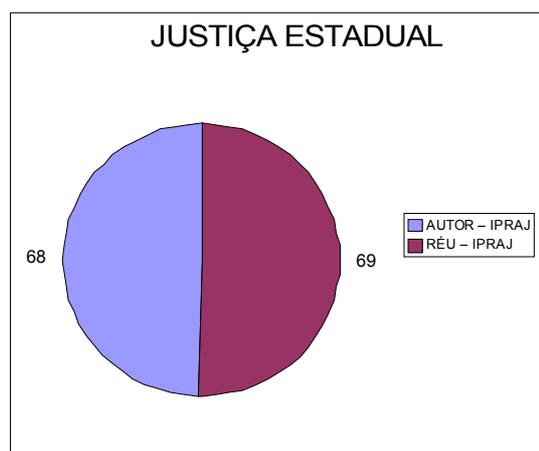
Foram realizados os seguintes quantitativos de atos:

ATO	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim	Total 2007
Parecer	508	595	754	575	2.432
Contrato de Prestação de Serviços	15	10	17	09	51
Aditivo de Prestação de Serviços	24	11	36	27	98
Contrato de Locação de Imóveis	64	35	50	25	174

ATO	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim	Total 2007
Aditivo de Locação de Imóveis	0	01	04	03	8
Contrato de Locação de Bens Móveis	0	01	01	01	3
Aditivo de Locação de Bens Móveis	0	02	02	00	4
Convênio	18	16	16	12	62
Aditivo de Convênio	3	06	0	08	17
Contrato de Empreitada	10	18	11	03	42
Aditivo de Empreitada	5	02	07	03	17
Contrato de Aquisição de Bens Móveis	8	13	11	28	60
Aditivo de Aquisição de Bens Móveis	4	01	07	02	14
Comodato	7	04	01	00	12
Doação	4	06	11	06	27
Termo de Cessão de Uso	13	05	01	00	19
Aditivo de Termo de Cessão de Uso	3	05	0	00	8
Resilição	51	30	40	24	145
Termo de Recebimento Definitivo	11	13	13	01	38
Declaração de Inexigibilidade de Licitação	11	35	31	21	98
Declaração de Dispensa de Licitação	110	92	107	85	394
Termo de Reti-ratificação	11	07	11	09	38
Ofício à PGE visando a Recuperação de Crédito	8	03	10	01	22
Representação ao Ministério Público	0	05	09	02	16
TOTAL	888	916	1.150	845	3.799

➤ Processos Judiciais

No âmbito da justiça estadual, considerando todo o Estado da Bahia, tem-se o seguinte quantitativo de processos, considerando, ainda, o pólo em que figura do IPRAJ nas referidas ações:



Além de terem sido contestadas 02 (duas) ações ordinárias, foram prestadas informações no auto do Mandado de Segurança, impetrado por Hypper Comercial Ltda. contra ato do Diretor-Superintendente desta Autarquia, assim como se interpôs Agravo de Instrumento contra a concessão de tutela antecipada e, por fim, ajuizou-se ação de indenização, sob o rito ordinário, pelos prejuízos decorrentes dos defeitos construtivos do Edifício-Sede do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

Na área trabalhista, têm ocorrido constantes êxitos na oposição de embargos nos processos em grau de execução, principalmente na quantificação dos juros a serem aplicados nas condenações a partir de 24 de agosto de 2001, restringindo-se a 0,5% (meio por cento) ao mês, decorrente do privilégio concedido à Fazenda Pública, acarretando em uma diminuição substancial no *quantum* devido.

Ainda foram recuperados créditos trabalhistas, em favor do IPRAJ, decorrentes de saldos remanescentes, no montante total de R\$ 5.289,97 (cinco mil, duzentos e oitenta e nove reais e noventa e sete centavos).

Controladoria

A ***Controladoria da Autarquia***, responsável pelos serviços de liquidação da despesa, auditoria e controle interno, apresentou nesse exercício o seguinte desempenho:

A liquidação da despesa realizou análise de 11.438 processos, sendo que 10.000 de pagamento e 1.438 de adiantamento, conforme tabela a seguir:

Processos Analisados 2007

Processos		Adiantamento - Comprovação	
Liquidado	9.709	Baixa	1.146
Diligência	291	Diligência	292
Total	10.000	Total	1.438

Fonte: Coordenação de Liquidação

Ações Desenvolvidas

Foram emitidas notificações aos servidores do interior, responsáveis por adiantamentos, com atraso ou irregular na comprovação de gastos, com ofícios para os juízes das respectivas comarcas dando conhecimento das ocorrências.

Conciliação do Balancete Sintético – foi efetuada, nos meses de fevereiro e agosto, a conferência entre o balancete sintético de servidores responsáveis por adiantamentos, extraído do Sistema de Informações Contábeis e Financeiras – SICOF, com o relatório de processos inscritos em responsabilidade, constatando-se que todos os processos de adiantamento do ano de 2006 encontram-se devidamente baixados.

Análise do relatório “Demonstrativo das Concessões e Comprovações de Adiantamento” – efetuou-se, nos meses de novembro e dezembro, a conciliação relativa ao exercício de 2007, entre o referido relatório e o controle interno da Coordenação de Liquidação, realizado mediante planilha eletrônica.

Levantamento e elaboração de planilhas dos adiantamentos concedidos no exercício de 2007, que não foram comprovados e encaminhados em diligência à GFA/SUCON.

Apuração da situação dos adiantamentos concedidos no exercício de 2007 e preenchimento da planilha “Demonstrativo de Adiantamentos –2007”, fornecida pelo Tribunal de Contas do Estado.

A Controladoria, através da Coordenação de Liquidação, quando solicitada, realiza treinamento nas unidades a fim de garantir a qualidade dos processos de pagamento e de prestação de contas de adiantamento.

Com o intuito de aprimorar os controles internos desta Autarquia foi ministrado curso relativo à Prestação de Contas de Adiantamento, direcionado à Gerência de Serviços Gerais – SUTRA – Supervisão de Transportes, além de apresentar nos I e II Encontros de Administradores de Fóruns, palestra sobre a prestação de contas de adiantamento, direcionada às necessidades daqueles servidores, esclarecendo os procedimentos a serem adotados e apontando as falhas mais frequentes, objetivando dirimir dúvidas sobre o assunto.

As atividades de auditoria são executadas através dos projetos de auditoria e/ou solicitações das diversas unidades da Autarquia.

Neste exercício foram realizados os seguintes trabalhos:

Projetos Regulares de Auditoria:

- **CONTAS E DEMONSTRATIVOS (REG 001/07):** exame da execução orçamentária, financeira e patrimonial, a fidedignidade de seus registros e dos demonstrativos deles resultantes, a legalidade e legitimidade das operações e os controles internos envolvidos do IPRAJ e do FAJ.

Status: Revisão dos testes de auditoria referente ao período de janeiro a abril de 2007 e execução dos testes de auditoria relativos ao período de maio a dezembro de 2007.

- **UNIDADES GESTORAS DO INTERIOR (REG 002/2007):** exame da execução orçamentária, financeira e patrimonial das despesas realizadas em Unidades Gestoras do interior, sendo realizadas auditorias em 30 unidades conforme a seguir: Riachão do Jacuípe, Jacobina, Piritiba, Cachoeira, Santo Antônio de Jesus, Valença, Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Ipirá, Itaberaba, Itamaraju, Jeremoabo, Lauro de Freitas, Dias D’avila, Paulo Afonso, Prado, Ribeira do Pombal, Santa Maria da Vitória, Santo Estevão, Teixeira de Freitas, Feira de Santana, Euclides da Cunha, Serrinha, Brumado, Caetité, Guanambi, Camaçari, Ipiaú, Itajuípe e Coarací.

Status: Emissão dos respectivos relatórios de análise prévia.

- CRECHE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO (REG 004/2007): Análise da prestação de contas referente à subvenção social repassada para a Creche Nossa Senhora da Conceição.

Status: Emissão do parecer referente ao 1º trimestre de 2007.

- TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA (REG 005/2007): Acompanhamento das sugestões e respostas aos pontos de auditoria elencados no relatório de prestação de contas do exercício de 2006, pelo TCE, objetivando sanar as pendências e implementar as recomendações propostas.

Status: Emissão do relatório de auditoria.

- ASSOCIAÇÃO DE MAGISTRADOS DA BAHIA/AMAB (REG 003/2006): Análise da prestação de contas referente à subvenção social repassada para a AMAB, no exercício de 2006.

Status: Emissão do parecer referente ao exercício de 2006.

- CRECHE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO (REG 004/2006): Análise da prestação de contas da subvenção social repassada para a Creche Nossa Senhora da Conceição.

Status: Emissão do parecer referente ao 4º trimestre de 2006.

- CONTAS E DEMONSTRATIVOS (REG 001/06): exame da execução orçamentária, financeira e patrimonial, a fidedignidade de seus registros e dos demonstrativos deles resultantes, a legalidade e legitimidade das operações e os controles internos envolvidos do IPRAJ e do FAJ.

Status: Emissão de relatório final referente ao ano de 2006.

- FOLHA DE PAGAMENTO (REG 007/2006): Análise da folha de pagamento do Poder Judiciário, base setembro de 2006.

Módulo I - Análise da estrutura de cargos do IPRAJ, verificando a adequação dos cargos à legislação vigente, confirmando seus quantitativos e o atendimento aos requisitos legais para preenchimento.

Status: Relatório em discussão com a GRH.

Solicitações administrativas:

- FARMÁCIA (ADM 001/2007): Acompanhamento do inventário mensal do estoque da Farmácia do Poder Judiciário.

Status: Emissão do relatório do período de outubro de 2006 a maio de 2007 e execução dos testes de auditoria referentes ao período de junho a outubro de 2007.

- GPO (ADM 002/2007): Verificação das situações expostas no PA 32554/2005, relacionadas ao Fórum da Comarca de Queimadas.

Status: Emissão do Parecer de Auditoria nº 013/2007.

- GSG (ADM 003/2007): Otimização de contratos de fornecimento de energia elétrica pela Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA.

Status: Emissão do relatório de auditoria.

Atividade de auxílio ao controle externo – TCE

Apoio à auditoria do Tribunal de Contas no IPRAJ, mediante acompanhamento das seguintes projetos:

- Ordem de serviço nº A-024/2007, objetivando verificar a regularidade da execução orçamentária, financeira e patrimonial, a fidedignidade da prestação de contas e das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2006 e o cumprimento das disposições legais aplicáveis ao IPRAJ e FAJ;
- Ordem de serviço nº A-162/2007, objetivando acompanhar a execução orçamentária, e os contratos e convênios, relativos ao período de 01/01/07 a 30/09/07, verificando o cumprimento à legislação aplicável, além de aspectos pertinentes à economicidade, eficiência e eficácia.

Emissão de Pronunciamentos de Auditoria

- PRON 001/2007 – Solicitação da Assessoria Especial da Presidência I – Magistrados, para pronunciamento acerca das informações prestadas pela GRH/SUCAP, referentes aos cálculos da diferença de gratificação do adicional de tempo de serviço.
- PRON 002/2007 – Solicitação da Assessoria Especial de Apoio aos Magistrados, para pronunciamento acerca das informações prestadas pela GRH/SUCAP, referentes aos cálculos da exoneração de magistrado.
- PRON 003/2007 – Pronunciamento referente à possibilidade de realização de despesas de capital diretamente pelo IPRAJ.
- PRON 004/2007- Solicitação da Gerência de Projetos e Obras, para pronunciamento acerca da correta classificação da despesa decorrente de alteração do projeto original da obra de engenharia no imóvel do Fórum da Comarca de Santo Estevão.
- PRON 005/2007- Solicitação, emanada pela Assessoria Especial de Apoio aos Magistrados, para apreciação e pronunciamento acerca das exposições do magistrado, bem como para emissão de parecer técnico referente aos cálculos, elaborados pela GRH/SUCAP, da diferença da gratificação do adicional de tempo de serviço devida.
- PRON 006/2007 - Solicitação da Gerência de Recursos Humanos – GRH de orientação a cerca dos procedimentos a serem adotados nas situações em que o servidor efetivo é posto à disposição de outro órgão e deseja permanecer vinculado ao plano de saúde Sul América.
- PRON 007/2007 - Solicitação, emanada da Chefia de Gabinete da Superintendência, para pronunciamento acerca dos procedimentos necessários para adquirir medicamentos para uso das unidades de Pronto Atendimento e Centro Médico Odontológico, mediante o contrato firmado com a Distribuidora Farmacêutica Panarello Ltda, bem como a elaboração de norma de procedimentos quanto à solicitação, ao recebimento, a guarda e a distribuição desses medicamentos.
- PRON 008/2007- Solicitação emanada da Chefia de Gabinete da Superintendência, para pronunciamento da regularidade dos valores calculados pela GRH/SUCAP, referentes à revisão da vantagem pessoal adicional de função incorporado por servidor.

- PRON 009/2007 - Solicitação emanada da Gerência Financeira e de Arrecadação - GFA, para conhecimento e análise sobre as prestações de contas da Associação dos Magistrados da Bahia – AMAB, constantes do Ofício 007/2007 – Gerência.
- PRON 010/2007 - Cumprimento ao despacho da Assessoria da Presidência – Magistrados para proceder a análise dos cálculos das férias não gozadas por Magistrado.
- PRON 011/2007- Solicitação da Chefia de Gabinete da Superintendência, para conferência dos valores calculados pela GRH/SUCAP, referentes à correção das verbas “adicional de função” e “vantagem do art. 263”.
- PRON 012/2007- Solicitação da Procuradoria Jurídica para análise técnico-procedimental acerca da indenização das férias não gozadas por ex-servidor do IPRAJ.
- PRON 013/2007 - Atendimento à determinação do Diretor-Superintendente de instaurar auditoria especial para elucidar questões expostas no PA 32.554/2005, relacionadas à reforma do Fórum de Queimadas.
- PRON 014/2007- Solicitação da Chefia de Gabinete da Superintendência, para conferência dos valores calculados pela GRH/SUCAP, referentes a valores retroativos da verba gratificação por adicional de tempo de serviço.
- PRON 015/2007 - Solicitação da Chefia de Gabinete do IPRAJ para manifestação quanto aos cálculos, efetuados pela GRH/SUCAP, referentes aos valores devidos a servidor, em decorrência da assunção das atribuições do cargo de provimento temporário da Chefia da Seção de Programação e Execução Orçamentária da Corregedoria Geral da Justiça, símbolo TJ-FG1, pelo período que indica.
- PRON 016/2007 - Solicitação da Procuradoria Jurídica desta Autarquia para elaboração de planilha de cálculo discriminando os custos dos cargos integrantes dos lotes 1 – serviços de limpeza, conservação e jardinagem; e 2 – serviços de suporte à administração pública, ambas especificações do objeto do certame Pregão Presencial nº 041/2006, realizando um comparativo com as planilhas de custos dos respectivos licitantes vencedores.
- PRON 017/2007- Solicitação da Gerência Financeira e de Arrecadação-GFA, constante na CI GFA nº 132/2007, para análise da prestação de contas da Cooperação Mútua firmada pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e o Banco do Brasil S.A., com a interveniência do IPRAJ, correspondente ao período de 01/01 a 31/08/2007.
- PRON 018/2007- Solicitação da Chefia de Gabinete da Superintendência do IPRAJ, para

pronunciamento técnico acerca do pedido da Associação dos Magistrados da Bahia – AMAB, de liberação da subvenção social referente ao segundo trimestre do exercício de 2007, no valor de R\$ 21.749,90.

- PRON 019/2007 - Solicitação da Assessoria Especial da Presidência I – Magistrados, para pronunciamento técnico acerca dos valores a serem debitados ou creditados em favor do Magistrado em virtude da diferença de remuneração referente ao período de 01/08/01 a 01/02/02, quando solicitou exoneração (fl. 29, PA 530068/03, ap. 506644/03) e das verbas referentes à exoneração (fl. 10, PA 445414/03).
- PRON 020/2007 – Solicitação da Gerência Financeira e de Arrecadação, para pronunciamento da possibilidade da emissão da Guia de Recolhimento Eletrônica para devolução de adiantamento solicitada pela Comarca de Vitória da Conquista.
- PRON 021/2007 - Solicitação da Chefia de Gabinete da Superintendência, para conferência dos valores calculados pela GRH/SUCAP, referentes à diferença de valores decorrente da correção do percentual da gratificação de adicional por tempo de serviço.
- PRON 022/2007 - Solicitação emanada da Procuradoria Jurídica para manifestação técnica-procedimental dos valores calculados pela GRH/SUCAP, referentes à diferença de valores decorrente da percepção da verba “vantagem do artigo 263”, cujo regramento encontra-se esculpido no art. 263, § 5º, da Lei Estadual 6677/94.
- PRON 023/2007 – Solicitação da Chefia de Gabinete da Superintendência, para análise e pronunciamento técnico quanto à atualização monetária, conforme recomendado pela Controladoria no PA 7363/2004.
- PRON 024/2007 - Solicitação da Gerência de Recursos Humanos para manifestação quanto aos valores calculados pela GRH/SUCAP, referentes à devolução do abono de permanência.
- PRON 025/2007- Solicitação da Chefia de Gabinete da Superintendência, através do Processo nº: 31683/2007, para análise técnico-procedimental e emissão de pronunciamento quanto à solicitação da Supervisão de Transporte – GSG / SUTRA relativo ao pagamento das multas de trânsito pendentes.
- PRON 026/2007 – Solicitação emanada da Chefia de Gabinete da Superintendência, através do Processo nº: 50956/2007, para análise e pronunciamento técnico acerca do cálculo do reajuste contratual, elaborado pela Gerência de Informática e Desenvolvimento Tecnológico – GID e solicitado pela empresa Avansys Tecnologia Ltda.

- PRON 027/2007 – Solicitação da Chefia de Gabinete do Superintendente, para análise e emissão de pronunciamento quanto à solicitação da Supervisão de Transporte – GSG / SUTRA através do PA nº 31683/2007, relativo ao pagamento de multas de trânsito pendentes.

Visando ao aperfeiçoamento do quadro técnico de pessoal lotado na Controladoria, foram disponibilizados cursos e simpósios, conforme quadro a seguir:

Treinamento e capacitação de servidores

Curso	Participação
Planejamento e Orçamento Público - Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária de acordo com a LRF.	Coordenador de Auditoria
Contratação Direta (sem licitação, dispensa e inexigibilidade); Comissão de Licitação, Pregoeiros e Equipe de Apoio e Gestão de Contratos Administrativos.	Controladora-Chefe Coordenador de Auditoria Coordenadora de Liquidação
I Encontro Bahia Sergipe para Capacitação de Controladores Internos	3 técnicos
V Fórum Brasileiro de Contratação e Gestão Pública	Controladora-Chefe
Seminário de Gestão Documental	1 técnico
VII Congresso Brasileiro de Direito do Estado	1 técnico
Planejamento para Implantação da Gestão Documental	1 técnico
Contratação Direta (sem licitação, dispensa e inexigibilidade) e Gestão de Contratos Administrativos.	1 técnico
Reforma da Previdência e Regras da Aposentadoria no Serviço Público: Aspectos Operacionais	3 técnicos
III Congresso Brasileiro de Licitações, Contratos e Compras Governamentais.	3 técnicos
Sistema Tributário Simples Nacional	Coordenadora de Liquidação

Objetivando acompanhar e fiscalizar os procedimentos abrangendo as diversas fases processuais administrativas, tais como: processos cujo escopo seja a aquisição de bens e contratação de serviços de qualquer natureza; processos de dispensa ou inexigibilidade de procedimento licitatório e processos de pagamento efetivados sob a rubrica de indenização, foram emitidos os seguintes pareceres:

Elaboração de Pareceres

Unidades	Total
GID	44
GRH	52
GPO	43
GSG	36
GSP	135
GIP	09
GFA	12
GMO	04
CCL	04
ASPLAN	01
PRJ	27
GABINETE	79
TOTAL	446

Núcleo de Documentação e Informação – NDI

Na Assessoria do **Núcleo de Documentação e Informação – NDI**, através da Assessoria de Documentação e Informação, registra-se, neste exercício, as atividades desempenhadas pelo Centro de Documentação e Informação – CDI,

CATEGORIA	1º trim	2º trim	3º trim	4º trim	TOTAL
Empréstimos de livros e periódicos.	478	629	742	461	2.310
Controle assinaturas / renovações periódicos do Poder Judiciário.	38	36	18	23	97
Orientação aos usuários.	81	79	75	82	317
Pesquisa on-line em base de dados.	105	96	78	57	336
Tombamento de livros e periódicos.	70	143	340	72	625
Catálogo e indexação: portarias, decretos, instruções normativas, etc.	2.446	2.811	2.743	2.728	10.728
TOTAL	3.218	3.794	3.996	3.423	14.431

Fonte: Centro de Documentação e Informação – CDI /NDI.

A principal meta do NDI para os exercícios de 2007/2008 é o PROGED. O Programa de Gestão Documental – PROGED - engloba todos os projetos relacionados à gestão do acervo documental do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia:

Projeto 1: Criação da Tabela de Temporalidade dos Documentos (TTD)

Projeto 2: Criação de manuais, padrões e procedimentos que norteiem o trâmite processual

Projeto 3: Aplicação da Tabela de Temporalidade de Documentos no acervo do Poder Judiciário²

Os trabalhos relacionados aos Projetos 1 e 2 do PROGED tiveram início em 06/07/2007, quando a Fundação Getúlio Vargas – consultoria contratada para orientação na condução do projeto – efetuou um treinamento referente à metodologia e ferramenta de trabalho a ser utilizada. Esse treinamento contou com a participação de 23 servidores do Judiciário, sendo estes nomeados pelos responsáveis pelas unidades envolvidas. Convém destacar que o planejamento do projeto previa o início dos trabalhos pelos documentos de área meio – recursos humanos, financeiros – para, posteriormente, englobar aqueles relacionados à atividade judicante. Após esse treinamento, os representantes de cada unidade deram início à primeira atividade: levantamento dos documentos relacionados a cada área.

Posteriormente, os consultores da FGV ministraram um novo treinamento, agora envolvendo áreas meio existentes no Tribunal de Justiça. Nesse novo evento, participaram 75 servidores, incluindo representantes do Tribunal de Justiça, IPRAJ e Fórum Ruy Barbosa.

Além dos treinamentos supra mencionados, foram efetuadas visitas pontuais às unidades envolvidas a fim de instruir os representantes de forma personalizada. No total, foram efetuadas 4 treinamentos e mais de 40 reuniões pontuais, totalizando um público de cerca de 170 pessoas envolvidas.

Todo esse trabalho culminou no levantamento de 1.115 documentos³, os quais serviram como base para elaboração do primeiro produto: o Plano de Classificação de Documentos (PCD). Esse instrumento técnico ilustra os tipos de documentos inerentes à área administrativa do Judiciário, separados por funções distintas, como Recursos Humanos, Orçamento e Finanças, Suprimento e Patrimônio, dentre outros. Com o uso deste, será possível padronizar as diferentes nomenclaturas utilizadas para o mesmo documento – como, por exemplo, Folha de Ponto, Folha de Frequência, Controle de Frequência do Servidor – para posterior análise da legislação que determina o tempo de guarda de cada tipo documental.

²A aplicação da Tabela de Temporalidade no acervo (Projeto 3) não será contemplado no presente ano, visto que depende dos produtos gerados no projeto precedente e que exigirá um planejamento minucioso dada a sua grandiosidade, importância e criticidade.

³Total de documentos cadastrados até o dia 31/12/2007

O Plano de Classificação de Documentos relacionado à função Recursos Humanos, Orçamento e Finanças já foi validado pelos membros do Comitê Diretivo atrelados a essas áreas. A função Suprimento e Patrimônio encontra-se em fase final de validação. Como próximos passos para elaboração desse produto, serão validadas no primeiro trimestre de 2008 as funções Atividades Complementares e Ordenamento Jurídico/Atos Administrativos.

Além desse trabalho de elaboração do PCD, foram executadas as atividades iniciais do Projeto como a criação de manuais, padrões e procedimentos que norteiem o trâmite processual. Como primeiro passo, foram levantados os trâmites dos processos de área meio. De forma análoga ao levantamento de tipos de documentos, os representantes de cada área de cunho administrativo participaram de treinamentos ministrados pela FGV, perfazendo um total de 52 participantes. Reuniões pontuais também foram efetuadas com algumas equipes, totalizando cerca de 30 encontros individuais, os quais contribuem para um melhor acompanhamento do projeto. Ao final, 781 fluxos de tramitação de documentos foram levantados. Como próximo passo, esses fluxos serão discutidos, melhorias serão propostas e, oportunamente, implantadas.

Convém destacar também o início das atividades de levantamento de tipos documentais para a área fim. Magistrados de matérias distintas foram convidados a participar do projeto, sendo a execução deste prevista para iniciar em Janeiro de 2008.

5.2 Fiscalização das Custas e Combate à Evasão de Receitas

Através do “Plantão Fiscal”, são orientados e esclarecidos os procedimentos e cumprimento das normas relativas à arrecadação nos Ofícios e Serventias da Justiça, bem como advogados, magistrados e contribuintes.

Pronunciamentos Técnicos	Exercício		
	2007	2006	2005
Verbais	220	176	01*
Escritos	290	221	214
Total	510	397	215

Fonte: SUFIS/GFA

➤ **Fiscalização**

Neste exercício foi aperfeiçoada a ação fiscal e o controle interno, resultando em um aumento na arrecadação dos cartórios fiscalizados na ordem de R\$ 3.690.797,58 (três milhões, seiscentos e noventa mil, setecentos e noventa e sete reais e cinquenta e oito centavos), comparando com o exercício de 2006.

Atividades	Exercício		
	2007	2006	2005
Cartórios Fiscalizados	250	196	426
PACs Abertos	10	36	45
PACs Encerrados	54	59	18

Fonte: SUFIS/GFA

➤ **Localização dos processos de cobrança remanescentes**

Localização		Exercícios					
		2007		2006		2005	
		Qtde.	Valor (R\$)	Qtde	Valor (R\$)	Qtde	Valor (R\$)
IPRAJ	SUFIS	45	708.329,38	56	1.090.344,49	114	1.669.996,69
	GRH	-	-	03	19.554,00	-	-
	PRJ	31	950.474,40	23	843.974,64	92	2.328.077,37
TCE-BA		01	98.001,87	01	98.001,87	-	-
CGJ		21	572.946,47	34	677.181,55	44	835.585,19
Total		98	2.329.752,12	117	2.729.056,55	250	4.833.659,25

Fonte:GFA/SUFIS

Do total dos processos de cobrança remanescentes, neste exercício, 25 estão localizados na SUFIS e se referem a créditos fiscais parcelados, cujo montante é de R\$ 163.650,62 (cento e sessenta e três mil, seiscentos e cinquenta reais e sessenta e dois centavos).

➤ **Créditos recuperados e parcelados**

Créditos Recuperados (em reais)		
Exercício		
2007	2006	2005
831.204,94	408.941,26	287.573,09

Fonte: SUFIS/SUARC/GFA

➤ **Outras ações desenvolvidas**

- Criação do banco de dados com o perfil técnico das unidades cartorárias;
- Execução de auditorias à distância nos cartórios de Protestos de Títulos informatizados;
- Atualização do manual de Apuração e Recolhimento de Custas Cartárias (2ª edição), http://www.tj.ba.gov.br/ipraj/financeira/manual_apuracao_custas.pdf

5.3 Reformas nas Unidades do Poder Judiciário

Neste exercício foram previstas 50 reformas nas diversas unidades do Poder Judiciário na capital e no interior e foram concluídas 31 unidades, em andamento 3 unidades e em projeto 3 unidades, conforme tabela abaixo:

Atividade 2891 - Reformas

COMARCA	OBRA	ESTÁGIO DA OBRA	VALOR R\$
ALAGOINHAS	REFORMA DO FÓRUM	ANDAMENTO	345.871,99
ANTAS	REFORMA DO FÓRUM	CONCLUÍDA	393.533,51
ANTAS	REFORMA DO FÓRUM PARA INSTALAÇÃO PROVISÓRIA DO FÓRUM	CONCLUÍDA	16.493,95
BUERAREMA	REFORMA DO FÓRUM	ANDAMENTO	136.544,50
CAMPO FORMOSO	REFORMA DO FÓRUM	CONCLUÍDA	44.659,62
CANAVIEIRAS	REFORMA DA CASA DO JUIZ II	CONCLUÍDA	31.300,63
CANSANÇÃO	REFORMA DO FÓRUM	CONCLUÍDA	48.239,20
CÍCERO DANTAS	REFORMA DO FÓRUM (INCLUSO ADITIVO)	CONCLUÍDA	69.833,23
EUCLIDES A CUNHA	REFORMA DO FÓRUM	CONCLUÍDA	59.958,96
IBOTIRAMA	REFORMA DO FÓRUM	CONCLUÍDA	86.053,51
IRECÊ	REFORMA DO JUIZADO CÍVEL E CRIMINAL	CONCLUÍDA	59.947,80
LAJE	REFORMA DO FÓRUM	ANDAMENTO	181.830,09
LAURO DE FREITAS (DES. PAULO FURTADO)	REFORMA DO FÓRUM	CONCLUÍDA	121.743,14
LAURO DE FREITAS (JOÃO MENDES)	REFORMA DO FÓRUM	CONCLUÍDA	90.167,75
MEDEIROS NETO	REFORMA DO FÓRUM	CONCLUÍDA	78.657,88
MUTUÍPE	REFORMA DO FÓRUM	CONCLUÍDA	51.481,87
SALVADOR	REFORMA DO FRB, ANEXO ORLANDO GOMES E CARLOS SOUTO (INCLUSO ADITIVO)	CONCLUÍDA	118.779,78
SALVADOR	CONSTRUÇÃO DO MEMORIAL DE EX-PRESIDENTES DO TJ DO ESTADO DA BAHIA	CONCLUÍDA	53.909,01
SALVADOR	SERVIÇO DE IMPERMEABILIZAÇÃO E PROTEÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADOS – NAJ – SHOPPING BAIXA DOS SAPATEIROS	CONCLUÍDA	10.219,00

COMARCA	OBRA	ESTÁGIO DA OBRA	VALOR R\$
SALVADOR	INSTALAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA PARA ACRÉSCIMO DE UMA SALA PARA JUIZ NA 1ª VARA DE DEFESA DO CONSUMIDOR	CONCLUÍDA	9.978,54
SALVADOR	INSTALAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA PARA ACRÉSCIMO DE UMA SALA PARA JUIZ NA 2ª VARA DE DEFESA DO CONSUMIDOR	CONCLUÍDA	9.980,66
SALVADOR	INSTALAÇÃO DE GRADES DE FERRO NA 2ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	CONCLUÍDA	10.170,94
SALVADOR	REFORMA, ADPTAÇÃO E INSTALAÇÕES DIVERSAS NO 2º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL.	CONCLUÍDA	90.702,71
SALVADOR	REFORMA COMPLEMENTAR NAS INSTL. DE TUBULAÇÕES E NAS INTERLIGAÇÕES ELÉTRICAS NA 1ª VARA DA DEFESA DO CONSUMIDOR	CONCLUÍDA	23.811,12
SALVADOR	REFORMA COMPLEMENTAR NAS INSTL. DE TUBULAÇÕES E NAS INTERLIGAÇÕES ELÉTRICAS NA 2ª VARA DA DEFESA DO CONSUMIDOR	CONCLUÍDA	24.021,20
SALVADOR	REFORMA, ADAPTAÇÃO E INSTALAÇÕES DIVERSAS DO COJE.	CONCLUÍDA	30.208,70
SALVADOR	REFORMA, ADAPTAÇÃO E INSTALAÇÕES DIVERSAS DA 1ª VARA DE DEFESA DO CONSUMIDOR.	CONCLUÍDA	179.861,99
SALVADOR	REFORMA, ADAPTAÇÃO E INSTALAÇÕES DIVERSAS DA 2ª VARA DE DEFESA DO CONSUMIDOR.	CONCLUÍDA	198.858,84
SALVADOR	INSTALAÇÃO DE GRADES DE PROTEÇÃO – CORREGEDORIA SEAR	PROJETO	8.203,05
S. ANTÔNIO DE JESUS	REFORMA DO FÓRUM	PROJETO	149.726,27
SÃO FÉLIX	REFORMA, ADAPTAÇÃO E INSTALAÇÕES DIVERSAS NO FÓRUM.	CONCLUÍDA	59.130,33
S.SEBASTIÃO DO PASSÉ	REFORMA DO FÓRUM	CONCLUÍDA	77.462,22
SÁTIRO DIAS	REFORMA DA CASA DO JUIZ	CONCLUÍDA	26.342,82
SOBRADINHO	REFORMA DO FÓRUM	PROJETO	10.394,00
TANQUE NOVO	REFORMA DO FÓRUM	CONCLUÍDA	39.094,95
TEODORO SAMPAIO	REFORMA DO FÓRUM	CONCLUÍDA	55.148,05
XIQUE-XIQUE	REFORMA DO FÓRUM	CONCLUÍDA	62.914,19
TOTAL			3.065.236,00

Fonte: GPO

5.4 Assistência Médica e Odontológica

A prestação dos serviços através do Centro Médico registrou, neste exercício, o total de 99.848 atendimentos realizados, distribuídos em 21.691 no primeiro trimestre, 24.938 no segundo trimestre, 28.508 no terceiro trimestre e 24.711 no quarto trimestre.

Os atendimentos mais significativos são os de Fisioterapia, Procedimento de Enfermagem no Fórum e o Planejamento Familiar com distribuição de métodos contraceptivos.

**Estatística de Atendimento
Serviços Médicos – 2007**

Especialidade	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total
Assistência Social	876	729	885	718	3.208
Pequena Cirurgia	31	32	44	34	141
Clínica Médica	354	360	474	488	1.676
Endocrinologia	259	257	270	190	976
Fisioterapia	9.383	12.245	13.192	11.497	46.317
R P G	171	328	406	309	1.214
Cardiologia	177	177	226	194	774
Geriatria	33	13	06	14	66
Ginecologia	345	430	414	392	1.581
Massoterapia	173	293	533	774	1.773
Homeopatia	31	0	0	0	31
Nutrição e Dietética	265	199	327	317	1.108
Pediatria	393	357	466	406	1.622
Planeja Familiar c/ distrib mét.	1.828	1.640	2.050	1.821	7.339
Psicologia	483	765	840	767	2.855
Proced.Enferm/IPRAJ	1.016	607	587	366	2.576
Proced Enferm /TJBA	1.354	1.451	1.884	1.616	6.305
Proc. Enfermagem-Fórum	1.619	1.830	2.069	1.508	7.026
PA / TJBA	1.255	1.336	1.499	1.343	5.433
PA/IPRAJ	56	275	189	168	688
PA / Fórum	809	923	1.272	1.071	4.075
Oftalmologia	608	488	581	455	2.132
Urologia	172	203	294	263	932
TOTAL	21.691	24.938	28.508	24.711	99.848

Fonte: Gerência Médica e Odontológica

O Centro Odontológico, neste exercício, realizou 39.429 atendimentos, sendo 8.747 no primeiro trimestre, 8.827 no segundo trimestre, 11.725 no terceiro trimestre e 10.130 no quarto trimestre.

**Estatística de Atendimento
Serviços Odontológicos – 2007**

ESPECIALIDADE	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total
Pacientes Atendidos	2.953	3.027	3.311	3.310	12.601
Anamnese	2.594	2.365	2.542	2.153	9.654
Profilaxia	2.474	2.693	3.623	2.884	11.674
Proc. Cirurgicos	58	152	353	300	863
Proced. Radiológicos	130	176	872	680	1.858
Tratamentos Concluídos	538	414	1.024	803	2.779
TOTAL	8.747	8.827	11.725	10.130	39.429

Fonte: Gerência Médica e Odontológica

A Farmácia do Poder Judiciário, apresentou 2.698 atendimentos, sendo 590 no primeiro trimestre, 488 no segundo trimestre, 917 no terceiro trimestre e 703 no quarto trimestre.

**Serviços de Farmácia
Numero de Atendimentos**

Atendimento	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4 Trim	Total
	590	488	917	703	2.698

Fonte: GMO

A Casa do Serventuário foi reaberta no mês de agosto e apresentou no total do exercício 435 servidores hospedados, sendo 61 no terceiro trimestre e 374 no quarto trimestre.

**Casa do serventuário
Número de Servidores Hospedados**

Hospedados	1º Trim	2º trim	3º trim	4º Trim	Total
	0	0	61	374	435

Fonte: GMO

5.5 Informatização

Nesse exercício, foi implantado o Sistema Saipro, nos seus diversos módulos, nas Comarcas de : Piatã, Cocos, Mucuri, Amélia Rodrigues, Lauro de Freitas, Una, Palmas de Monte Alto,

Nova Viçosa, Itacaré, Conceição do Almeida, Marau, Araci, Tanhaçu, Candeias, Simões Filho, Paulo Afonso, Valença, São Francisco do Conde, Santo Antônio de Jesus, Serrinha, Teixeira de Freitas, Gandu, Santo Amaro, Camaçari, Itaberaba e Jacobina. Na capital foi implantado nas unidades do Balcão de Justiça e Cidadania, 2º Vara Cível, 5ª Vara de Família e 2ª Vara da Infância e Juventude.

Nesse mesmo período foi realizado treinamento no sistema SAIPRO, por solicitação dos juizes e serventuários com o objetivo de reciclagem, sendo atendidas as comarcas de: Santo Amaro, Macaubas, Buerarema, Cruz das Almas, Brumado, Riachão do Jacuípe, Santo Amaro, Xique-Xique, Bom Jesus da Lapa, Barreiras, Rio Real, Mairi e Ilhéus. Na capital foi realizado treinamento na 6ª e 10ª Varas de Família (FRB), 2ª e 4ª Vara Cível (FRB), 5ª e 7ª Varas de Fazenda Pública (FRB), 2ª Vara do Juri e 14ª Vara Criminal. Na Supervisão da Sudet foram treinados serventuários das Comarcas de Planalto, Eunápolis e 02 atendentes do HelpDesk.

No mês de junho foi dado início ao treinamento do Sistema Linux contemplando todas as comarcas do interior e foi finalizado no mês de novembro.

No sistema Broffice foram realizados vários treinamentos nas unidades da Diretoria Administrativas do TJ, técnicos do Help Desk, Gab. Des. Olegário (TJ), Gabinete da Presidência do TJ e servidores da Corregedoria Geral.

Destaca-se, no início do exercício, a implantação do Livro Tombo Digital no setor de Distribuição na capital, a emissão de AR automatizada na Central de Mandados (1º grau), a publicação das Decisões Monocráticas (turma Recursal), do cadastro de Recursos (2º grau) e do sistema de Vara de Execuções Penais na comarca de Itabuna.

Com relação ao sistema ATOS, desenvolvido para os cartórios extra judiciais em substituição dos sistemas existentes, iniciou-se no primeiro trimestre, a título de teste, a implantação do módulo de Reconhecimento de Firmas e Daj-on na comarca de Amélia Rodrigues, sendo replicado nos cartórios, da capital, do 1º ao 7º Ofício de Imóveis e no 2º Cartório de Notas de Feira de Santana. Além destas ações foi homologado o Módulo de Notas – Procuração, na comarca de Amélia Rodrigues.

No mês de novembro foi realizada ação de grande relevância, que foi a implantação do processo eletrônico no Juizado de Defesa do Consumidor instalado no NAJ. O sistema

utilizado é o PROJUDI do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e permite a tramitação processual eletronicamente, oferecendo maior celeridade e visando qualidade e rapidez na prestação dos serviços jurisdicionais.

Foi implantado, também, a aplicação de acompanhamento visual da distribuição de petição, bem como, a implantação do piloto da aplicação de pré-cadastramento de petição que agilizará o atendimento aos advogados no SECODI.

Sistemas

- Recursos Humanos - foi realizada a implantação do módulo de consignatárias – e-consig; do módulo de reconhecimento de licença prêmio automática, do módulo de 13º salário desvinculado da folha normal, do módulo de progressão por escolaridade e desenvolvimento do módulo para cadastro e impressão de carteiras para comissário de menores e de auditoria do sistema.

- Sistema Web:
 - ◆ Desenvolvimento do novo sistema SGF – Sistema de Gerenciamento Financeiro (em andamento), em plataforma Web;
 - ◆ Implantação do novo módulo de RH na internet com os serviços: certidão e mapa de tempo de serviço, qualificação funcional, consulta de férias, 13º salário e dados funcionais, consulta de contra-cheque; informe de rendimentos, consulta de URV e outros;
 - ◆ Implantação do Portal da Conciliação (CNJ);
 - ◆ Implantação do novo módulo de consulta processual, com inclusão de segurança de acesso (captcha) e inclusão da consulta de processos de execução penal;
 - ◆ Implantação do sistema de indicadores estatísticos – módulo para os juízes possam informar quantitativos de processos (Assessoria da Presidência IV);
 - ◆ Implantação do sistema SAAME – sistema de acompanhamento de pretendentes à adoção, para o CEJA.
 - ◆ Implantação da nova versão do sistema de Protocolo Administrativo,
 - ◆ Desenvolvimento do Site do IPRAJ,
 - ◆ Desenvolvimento do sistema de Controle de Precatórios.

➤ Sistema Sispat:

- ◆ Implantação do módulo de Bens Imóveis – módulo de leilão, rotina de empréstimos e rotina de depreciação,
- ◆ Desenvolvimento do sistema de Bens de Consumo.

Além do desenvolvimento e aprimoramento de vários sistemas, nesse período, a GID deu continuidade à administração de ações como:

- ◆ Banco de dados Oracle (Norma, Pandora, Águila, Veja, Criton, Atlas, Ariel, Brisa e Virgo), SQL Server (Miranda e Titan), atualização de *patches* e Oracle IAS (servidores Mercúrio, Marte e Centaurus) e passagem de aplicações para produção.
- ◆ Administração da Rede do TJBA, administração das Contas e do Servidor de *e-mail* PostFix e Exchange; administração de servidores; administração do serviço de antivírus; acompanhamento de *Logs* dos Firewalls e WebSense; monitoramento da rede e indicação de problemas; monitoramento e administração do Exchange/Proxy; cadastramento de usuários na rede TJBA; atualização e informação das mudanças de Patches, Service Packs e *Bugs* nos sistemas operacionais;
- ◆ Administração de Circuito de Dados – Elaboração de Projeto de ampliação e instalação de novos *links*;
- ◆ Atendimento Técnico aos Usuários – Neste exercício ocorreram **51.389 chamados** registrados na Central de Atendimento e devidamente atendidas. No período houve a **distribuição de 2.424 micros, 1.365 impressoras e 37 scanners** para as diversas unidades do Poder Judiciário;
- ◆ Criação do Banco de dados SIE - Sistema de Indicadores e Estatística;
- ◆ Criação do Banco de dados SAAME - Sistema de Acompanhamento de Pretendentes à Adoção.
- ◆ Implantação do projeto de segurança Oracle, etapas concluídas: Levantamento das ações a serem implementadas em cada banco de dados e implementação no banco de desenvolvimento;
- ◆ Início do projeto de migração do banco de dados Oracle 9i para 10G, etapas concluídas: instalação do banco de dados, geração de script de criação de usuários.

- ◆ Criação de novos bancos de dados - Sistema de protestos de títulos da comarca de Juazeiro.

➤ **Outros Projetos e Atividades**

- ◆ Teste da ferramenta de inventário Landesk.
- ◆ Implementação de QOS nos links de dados, priorizando tráfego;
- ◆ Teste da ferramenta agenda Millenium.
- ◆ Avaliação do sistema SINCART / TELECART – SERASA.
- ◆ Definição técnica de solução de armazenamento (storage), do servidor para o sistema de juizados especiais e da biblioteca de backup.
- ◆ Implementação de script de log on para avisar expiração de senhas máquinas linux.
- ◆ Projeto de migração versão antivírus.
- ◆ Atualização versão WebSense para 6.3.1
- ◆ Transferência dos servidores do 5o, 7o e 12o tabelionato de notas para o CPD.
- ◆ Virtualização do servidor de banco de dados SqlServer produção (Miranda).
- ◆ Virtualização dos servidores Sedna, Capricórnio e Venus.
- ◆ Teste do software de monitoração de hardware (DELL, SUN e HP).
- ◆ Desfragmentação de Psyche.
- ◆ Instalação servidor de rede com os serviços de AD, atualização do Windows e antivírus de Feira de Santana, NAJ, Fórum Ruy Barbosa, Barreiras, Vitória da Conquista, Alagoinhas, Ilhéus, Itabuna e Salvador;
- ◆ Definição dos itens de configuração para implantação do ITIL (melhores práticas de TI);
- ◆ Configuração de 23 switches Dlink para comarcas de 3ª entrância, visando ampliação/substituição de equipamentos ativos;
- ◆ Projeto ônibus Itinerante;
- ◆ Digitação dos instrumentos de Protesto de Títulos nas comarcas de Juazeiro e Barreiras perfazendo um total de 30.499 fichas digitalizadas.

5.6 Recursos Humanos

A **Gerência de Recursos Humanos** através da sua Supervisão de Cadastro e Pagamento – SUCAP, unidade responsável pela folha de pagamento, realizou, neste exercício, as atividades de emissão de margem consignável (em média, 1000 ao mês), liberação de senha para acesso as informações de R.H., tais como, URV, contracheques, informe de rendimentos dentre

outros serviços, atendimento telefônico referente diversos assuntos como cálculo de ATS, hora extra, substituição, atendimento ao público em geral, arrumação dos contracheques para distribuição e forneceu informações processuais.

A tabela abaixo demonstra o quantitativo do quadro de pessoal do Poder Judiciário:

Demonstrativo de Pessoal

Quadro Funcional	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
	Quant	Quant	Quant	Quant
Magistrado	604	603	601	603
Servidor	9.244	9.279	9.263	9.293
Total	9.848	9.882	9.864	9.896

Fonte: GRH

A **Supervisão de Direitos e Deveres – SUDIR**, no segundo trimestre do ano em curso, foi automatizado o reconhecimento das seguintes vantagens: Licença-Prêmio, Adicional por Tempo de Serviço e Progressão Funcional por Antiguidade, dando publicidade de tais atos através de Portarias publicadas mensalmente no Diário do Poder Judiciário.

Com a implantação dessas rotinas, observou-se a redução no fluxo dos processos, melhorando assim o atendimento aos servidores e serventuários, com maior celeridade no andamento das solicitações.

Iniciou-se neste ano estudos para a implantação do Processo Digital, pretendendo-se com essa iniciativa, reduzir o tempo de tramitação dos processos e melhorar a qualidade de instrução dos autos, tendo em vista uma padronização de procedimentos.

Foi disponibilizado a partir do mês de julho do corrente ano, no site do IPRAJ, através do RH NET, consulta da programação de férias, 13º Salário, dados cadastrais e emissão de Certidão de Tempo de Serviço e Qualificação Funcional; serviços que serão acessados pelos servidores através das suas senhas pessoais.

No mês de setembro/07, junto aos contra-cheques, foi enviado o formulário de programação de férias para o ano de 2008, onde foi duplicada a programação do ano anterior; informando que os servidores que desejarem efetuar qualquer alteração, deverão requerer com

antecedência mínima de 60 dias. A não manifestação foi entendida como aceite da situação do ano anterior. Foi informado, também, que já se encontra disponível no SRH NET a consulta das programações de férias de todos os servidores e serventuários. Essa ação visa dar maior celeridades nas ações de reconhecimento dos direitos dos servidores.

A **Supervisão de Assistência aos Servidores – SUASE**, unidade responsável para exercer o acompanhamento e controle dos benefícios sociais que contribuem para a melhoria da qualidade de vida dos servidores executou as seguintes atividades:

- Emissão de relatórios, simulações e análise de projeções orçamentárias para estudos de viabilização de aumento do valor facial do Ticket Refeição de **R\$ 8,50** para **R\$ 12,00**;
- Elaboração do manual informativo do Plano de Saúde Sul América;
- Negociações com a Sul América Saúde para melhorias na organização e atendimento deste Plano de Saúde;
- Consolidação do projeto de customização do editor de texto Microsoft Word, para implementação de funcionalidades práticas para emissão e controle de correspondências do setor;
- Foi dada continuidade às atividades voltadas para a confecção e distribuição das identidades funcionais;
- Solicitação de propostas de cotação de preço para novos Planos de Saúde;
- No 3.º trimestre do corrente, abriu-se e encaminhou-se à Coordenação Central de Licitação- CCL o processo de Licitação de Ticket Restaurante para as comarcas de 3ª e 4ª Entrâncias, tendo sido vencedora a empresa TICKET SERVIÇOS S.A., com vigência do contrato à partir do mês de dezembro/07;
- Levantamento e solicitação de relatórios gerenciais à GID/SUINF, visando um maior controle de concessão do auxílio refeição e alimentação aos servidores do Poder Judiciário e ajustes no Sistema de Recursos Humanos em algumas rotinas do referido benefício, visando à eliminação de problemas na referida concessão;
- Correção e ajustes nas cargas de PLANSERV geradas pelo SRH;
- Negociação junto à Sul América Saúde e conclusão, do processo de reajuste anual do plano no percentual de 10,10% a partir de 1º de julho de 2007;
- Iniciou-se negociação junto à AMAB, para a migração dos magistrados inativos, cuja apólice se encontra com a saúde financeira acima dos limites previstos como saudável,

para a apólice dos ativos do plano de saúde Sul América, com a suspensão da medida liminar contra a seguradora e devolução dos valores consignados a maior aos respectivos usuários do plano de saúde;

- Iniciou-se discussões sobre a implantação do Programa de Orientação à Saúde e acompanhamento aos usuários crônicos, visando à utilização racional mantendo-se o equilíbrio do grupo, incluindo a GRH, GMO e Sul América;
- Início das discussões sobre a regulamentação do Plano de Saúde Unimed, conforme prevê a legislação vigente, aguardando proposta por parte da empresa prestadora;
- Apresentação de propostas da Golden Cross e da Medial Saúde como novas possibilidades para prestação de assistência à saúde aos servidores do Poder Judiciário, em fase de análise para que sejam dados os passos formais para a sua conclusão;

Movimentação de Benefícios 2007

BENEFÍCIO	ADESÃO CONCESSÃO	CANCELAMENTO DE PLANO	INCLUSÃO DE DEPENDENTE	EXCLUSÃO DE DEPENDENTE
Planserv Básico	915	523	714	16
Planserv Especial	354	93	164	8
Sul América	172	6	76	7
Auxílio Transporte	476			
Ticket Refeição Eletrônico	402			
Ticket Refeição Pecúnia	110			
Ticket Alimentação	209			

Fonte: GRH

A Supervisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos – SUDRH, executou as seguintes tarefas:

- Foram realizadas ações rotineiras da SUDRH, tais como seleção dos estagiários de Nível Médio e Superior, avaliação das propostas de capacitação oriundas de outras unidades e encadeamento de processos de pagamento para liquidar faturas oriundas de cursos de capacitação;
- Dando ênfase à Capacitação, foi realizado no “Sol Bahia Express”, nesta capital a 1ª etapa do 1º Encontro de Administradores das Comarcas do Interior do Estado da Bahia, o qual contou com a participação e mobilização de **102 (cento e dois)** administradores. O evento teve duração de 03 (três) dias e totalizou uma carga horária de 24 h, debatendo-se temas e assuntos relativos às dificuldades encontradas no desenvolvimento das suas atividades

rotineiras, bem como temas de Direito Administrativo, motivação e organização no ambiente de trabalho e administração de finanças.

- No mês de julho foi dado enfoque a área previdenciária dos servidores e serventuários, através da realização do Curso “Reforma Previdenciária Aspectos Operacionais”, no qual se enfatizou as recentes mudanças ocorridas no âmbito previdenciário público, contando com a participação de mais de 70 (setenta) servidores no auditório da Autarquia, buscando-se desta forma, uma atualização e, ao mesmo tempo, afinidade dos mesmos com questões práticas vivenciadas no momento das suas atividades.
- No mês de agosto foi concluída a 4.^a etapa do Seminário de Capacitação em Planejamento e Aprendizagem Organizacional dos Administradores de Fórum, concretizando-se assim um grande evento que conseguiu, numa iniciativa pioneira, reunir os administradores de diversas comarcas do interior num único evento.
- No mês de setembro foi realizado o Fórum Estadual sobre Previdência Social, com cerca de 200 participantes, dentre servidores, autoridades, convidados e público em geral, buscando-se esclarecer questões duvidosas sobre o assunto, ainda em reforma no Congresso Nacional.
- Acompanhamento do contrato de seguro da Met Life, direcionado aos estagiários de nível médio.

Programa de Capacitação dos Servidores - PROCAP

◆ Ações internas sem ônus:

Curso de Informática

Curso	Carga Horária	Clientela	Turma	Total Participantes
Excel, Word, Windows	30h (por turma)	Servidores e Serventuários do TJ	08	25
Excel	30h (por turma)	Servidores e Serventuários do TJ	02	1396
Br Office	30h (por turma)	Servidores e Serventuários do TJ	03	35

Fonte: Supervisão de Desenvolvimento de Recursos Humano

◆ Ações externas com ônus

Ação	Entidade	Clientela	Mês Realizado	Participantes	Valor R\$
Curso Pratico De Atendimento Clínico Nutricional	NTR cursos	Servidora do TJ	Mar	01	1.835,00
III Jornadas Brasileiras De Direito Privado e I Congresso Baiano De Direito De Família	Instituto Excelência	Servidores do IPRAJ e do TJ	Mar	120	36.000,00
VII congresso brasileiro de Direito do Estado	Instituto Excelência	Servidores do IPRAJ	Abr	50	30.000,00
Pós – Graduação Em Direito Público	Instituto Excelência	Servidora do IPRAJ	Início em abril	01	7.380,00
Gestão de Frotas de Veículos	TREINE	Servidores do IPRAJ	Mai	05	4.550,00
Prática e Atualização em Direito Previdenciário	Lex Editora	Servidores do IPRAJ e TJ	Mai	08	4.032,00
I Encontro Bahia Sergipe para Capacitação de Controladores Internos	JAM – Jurídica Editoração e Eventos LTDA	Servidores do IPRAJ	Mai	02	2.640,00
V Forum Brasileiro de Contratação e Gestão Pública	Editores Forum	Servidores do IPRAJ	Mai	01	1.390,00
Curso de Pós-Graduação à Distância para Magistrados	EMAB	Magistrados	Out	27	6.615,00*
Curso de Especialização em Direito Público	Instituto Excelência	Servidor do TJ	Out	01	410,00*
Pós- Graduação Em Máster Business Administration	Unifacs	Servidora do TJ	Jan	01	7.110,00
Curso de Formação Custo / Preço de Serviços	Treine	Servidores do IPRAJ	Out	04	2.960,00
Curso de Redação	Treine	Servidores do Ipraj	Out	10	5.700,00

Ação	Entidade	Clientela	Mês Realizado	Participantes	Valor R\$
Gestão de Pessoas	CIN Consultoria	Servidores do IPRAJ	Out	04	3.560,00
3º Seminário Nacional dos “ouvidores e ouvidorias”	Pró-Cidadania	Servidor do Tj	Novembro	01	345,00
Curso de Especialização em Direito Público	Instituto Excelência	Servidor do Tj	Novembro	01	410,00*
Curso Prático de Legislação de Pessoal	Consultre	Servidor do Ipraj	Novembro	01	.500,00
Curso de Redação	Treine	Servidores do Ipraj e TJ	Novembro	10	5.700,00
Curso de Pós-Graduação à Distância para Magistrados	EMAB	Magistrados	Dezembro	27	6.615,00*
Curso de Especialização em Direito Público	Instituto Excelência	Servidor do TJ	Dezembro	01	410,00*
Aposentadoria e Pensões, Procedimentos e Rotinas para Cálculos	Consultre	Servidora da Procuradoria	Dezembro	01	1.500,00
Pós graduação em Terapia Intensiva	Fundação Unimed	Servidor do TJ	Novembro	01	554,75*
Pós graduação em Terapia Intensiva	Fundação Unimed	Servidor do TJ	Dezembro	01	554,75*
Seguro de Vida	Met Life	Estagiários de nível médio	Dezembro	300	373,20*
			TOTAL	797	217.160,80

Fonte: Supervisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos

➤ Programa “APRENDENDO A TRABALHAR” – Estagiários

◆ Estagiário de Nível Superior/ 2007

Mês	Quantidade	Valor
Janeiro	310	R\$ 129.368,60
Fevereiro	276	R\$ 152.727,30
Março	272	R\$ 137.952,08
Abril	292	R\$ 163.798,45
Maio	309	R\$ 167.800,74
*Junho	321	R\$ 174.827,58
Julho	314	R\$ 174.909,90
Agosto	314	R\$ 174.909,90
Setembro	337	R\$ 170.243,65
Outubro	374	R\$ 181.877,76
Novembro	333	R\$ 179.981,97
Dezembro/2007	333	R\$ 177.516,25
TOTAL		R\$ 1.647.187,14

Fonte: Supervisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos

◆ Estagiário de Nível Médio/ 2007

MÊS	QUANTIDADE	FOLHA DE PAGAMENTO
*Janeiro	315	R\$ 79.119,80
Fevereiro	299	R\$ 108.854,28
*Março	312	R\$ 103.106,60
*Abril	306	R\$ 112.432,60
*Maio	310	R\$ 108.098,10
*Junho	317	R\$ 109.046,60
Julho	350	R\$ 111.913,10
Agosto	350	R\$ 111.913,10
Setembro	298	R\$ 111.630,00
Outubro	320	R\$ 106.794,20
Novembro	299	R\$ 104.594,10
Dezembro	298	R\$ 103.487,70
TOTAL		R\$ 1.049.420,78

Fonte: Supervisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos

- o quadro completo dos estagiários de Nível Médio é de 300 estagiários, o excesso correspondente, refere-se a estudantes que entraram na folha para receber o auxílio-transporte antecipadamente.

•

◆ Treinamento Introdutório

Ação	Carga Horária	Clientela	Mês Realizado	Turma	Quantidade	Valor (R\$)
Treinamento Introdutório	4 h (por turma)	Estagiários Nível médio	Jul/Ago/Set	04	76	S/ ÔNUS

Fonte: Supervisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos

Outras Atividades
Inscrição para estágio;
Pesquisa de mercado para identificação dos cursos solicitados pelas Unidades do IPRAJ
Consulta aos órgãos para emissão de certidões;
Divulgação dos Cursos e Seminários;
Continuidade da avaliação de desempenho do estágio probatório;
Elaboração de relatórios
Acompanhamento e contato para realização do evento com administradores de fórum;
Apoio logístico às atividades desenvolvidas.

Fonte: Supervisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos

5.7 Material e Patrimônio

Objetivando dotar as unidades judiciais e extrajudiciais existentes no Poder Judiciário de melhores condições de trabalho, reaparelhando-as de acordo com suas necessidades, foram realizadas as seguintes atividades de suprimento e controle patrimonial no exercício de 2007:

- **Gestão de Compras** – Tomando por base o Plano de Trabalho previsto para o Exercício de 2007 em confronto com as despesas efetivamente realizadas, teceremos algumas considerações que julgamos importantes:

No que tange ao montante previsto para o Exercício em tela com a finalidade de promover o Reequipamento e Aparelhamento das Unidades Judiciárias, no valor de R\$ 7.000 mil, este subdividido em Material Permanente para atender as diversas unidades judiciais e extrajudiciais, dentre eles mobiliário, condicionadores de ar, veículos, imóveis, entre outros e Equipamentos de Informática para atender todas as unidades ligadas ao Poder Judiciário, inclusive Balcões de Justiça e Cidadania, podemos concluir que apesar do valor efetivamente liquidado, R\$ 7.563,37 mil, ter sido superior ao previsto, a fim de promover a aquisição dos equipamentos de informática necessários para cumprimento das atividades judi-

cantes, realizou-se transferência de recursos orçamentários da Gerência de Informática e Desenvolvimento para a Gerência de Suprimento e Patrimônio, para fazer jus a diferença apresentada.

Quanto ao montante previsto para o Exercício em tela com a finalidade de manter o funcionamento regular das atividades normais das Unidades do poder Judiciário, no valor de R\$ 8.000 mil, ou seja, das despesas de custeio, a exemplo de suprimentos de informática, materiais de escritório, limpeza, papéis, envelopes, formulários, entre outros, podemos concluir que um valor significativo foi efetivamente liquidado, R\$ 6.776,24 mil.

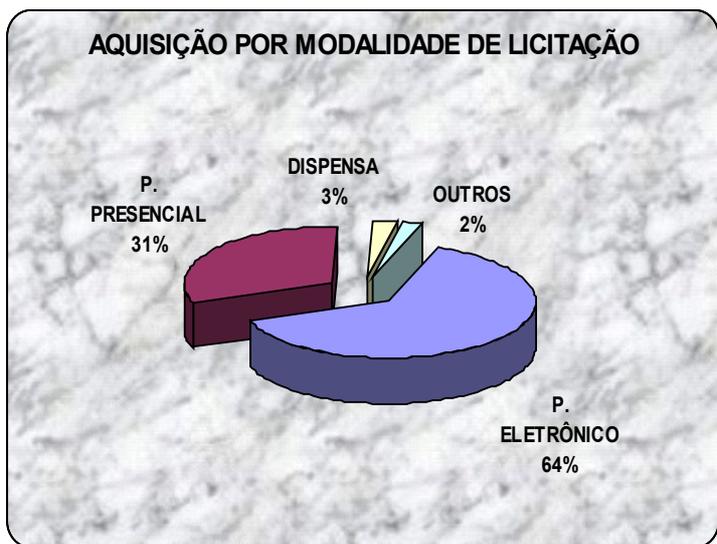
Aquisições no Período – Foram adquiridos bens móveis, no Exercício de 2007, conforme tabela abaixo:

UNIDADE	R\$1.000,00	
	CUSTEIO	INVESTIMENTO
GID	R\$ 194,06	R\$ 4.534,42
GIP	R\$ 1.577,18	R\$ 246,64
GMO	R\$ 251,38	R\$ 20,77
SUGET	R\$ 4.192,73	R\$ 1.217,97
OUTRAS UNID.	R\$ 276,81	R\$ 469,28
GSG	R\$ 284,07	R\$ 1.074,30
TOTAL	R\$ 6.776,23	R\$ 7.563,38
TOTAL GERAL		R\$ 14.339,61

No Exercício de 2007 foram realizadas compras no valor total aproximado de R\$ 14.339,61 mil.

Destes, relativo a bens de consumo no valor de R\$ 6.776,23 mil e relativo a investimento no valor de R\$ 7.563,37 mil.





Do montante R\$ 9.177,35 mil foram adquiridos através de Pregão Eletrônico e através de Pregão Presencial, um total de 95% das compras. Já através de Dispensa de Licitação foi adquirido o montante de R\$ 387,16 mil, correspondendo a 2,7 % do total adquirido.

➤ **Gestão de Estoque**

MATERIAL PERMANENTE

Os itens de mobiliário, sejam eles móveis de madeira ou aço, foram contratados no final do exercício cuja entrega foi programada para o início do exercício de 2008.

MATERIAL PERMANENTE ADQUIRIDO

2007

MÊS	TOTAL
Janeiro	707.943,08
Fevereiro	219.730,00
Março	176.611,13
Abril	475.323,05
Mai	159.227,62
Junho	236.908,53
Julho	1.043.449,01
Agosto	3.276.241,36
Setembro	698.284,86
Outubro	598.321,21
Novembro	954.593,98
Dezembro	790.610,00
TOTAL	9.337.243,83

Fonte: Gerência de Suprimento e Patrimônio

**MATERIAL PERMANENTE DISTRIBUÍDO
2007**

Em R\$ 1,00

MÊS	TOTAL
Janeiro	366.128,33
Fevereiro	327.621,13
Março	570.051,15
Abril	641.485,65
Mai	490.004,78
Junho	395.874,89
Julho	1.321.533,35
Agosto	1.074.878,27
Setembro	1.194.585,56
Outubro	1.806.298,21
Novembro	837.965,03
Dezembro	1.095.507,68
TOTAL	10.121.934,03

Fonte: Gerência de Suprimento e Patrimônio

**MATERIAL PERMANENTE DISTRIBUÍDO - INTERIOR
2007**

Em R\$ 1,00

MÊS	TOTAL
Janeiro	59.185,01
Fevereiro	72.761,77
Março	69.964,66
Abril	134.634,48
Mai	226.964,69
Junho	84.029,82
Julho	350.009,03
Agosto	661.511,74
Setembro	131.198,38
Outubro	1.528.381,35
Novembro	293.059,76
Dezembro	549.597,33
TOTAL	4.161.298,02

Fonte: Gerência de Suprimento e Patrimônio

**MATERIAL PERMANENTE DISTRIBUÍDO – INTERIOR
2007**

ENTRÂNCIA	VALOR R\$ (A)	COMARCAS EXISTENTES (B)	COMARCAS ATENDIDAS (C)	C/B %
1ª	1.209.699,8	164	164	100
2ª	853.923,14	67	67	100
3ª	2.052.675,08	45	45	100
TOTAL	4.161.298,02	276	276	100

Fonte: Gerência de Suprimento e Patrimônio

MATERIAL PERMANENTE DISTRIBUÍDO - CAPITAL
2007

Em R\$ 1,00

MÊS	TOTAL
Janeiro	306.943,32
Fevereiro	254.859,36
Março	500.086,49
Abril	506.851,17
Maiο	263.040,09
Junho	311.845,07
Julho	971.524,32
Agosto	413.366,53
Setembro	1.063.387,18
Outubro	277.916,86
Novembro	544.905,27
Dezembro	545.910,35
TOTAL	5.960.636,01

Fonte: Gerência de Suprimento e Patrimônio

CUSTO DO MATERIAL PERMANENTE DISTRIBUÍDO, POR ÓRGÃO - CAPITAL
2007

MÊS	ORGÃO				TOTAL
	Tribunal de Justiça	IPRAJ	CGJ	Cartório Capit. , Juiz. Esp. E Juiz. de Menores	
Janeiro	38.241,88	80.514,93	60.922,66	127.263,85	306.943,32
Fevereiro	48.127,25	31.299,00	151.200,00	24.233,11	254.859,36
Março	267.126,60	100.572,12	42.157,00	90.230,77	500.086,49
Abril	190.424,72	197.589,02	7.466,35	111.371,08	506.851,17
Maiο	72.636,83	90.612,97	26.279,00	73.511,29	263.040,09
Junho	75.042,69	67.857,66	52.298,68	116.646,04	311.845,07
Julho	195.004,98	436.044,21	27.394,00	313.081,13	971.524,32
Agosto	147.615,16	154.590,90	8.701,95	102.458,52	413.366,53
Setembro	251.924,54	346.696,06	147.448,22	317.318,36	1.063.387,18
Outubro	99.415,65	21.974,46	1.161,06	155.365,69	277.916,86
Novembro	204.704,23	136.101,96	1.809,00	202.290,08	544.905,27
Dezembro	221.974,43	201.461,14	10.237,18	112.237,60	545.910,35
TOTAL	1.812.238,96	1.865.314,43	537.075,10	1.746.007,52	5.960.636,01
Part. %	30,40%	31,29%	9,01%	29,29%	100%

Fonte: Gerência de Suprimento e Patrimônio

AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS
2007

TIPO	DESTINO	QTDE	VALOR TOTAL (R\$)
Representação	SUTRA - IPRAJ	08	469.846,41
Serviços	Tribunal de Justiça	16	596.899,96
TOTAL		24	1.066.746,37

Fonte: Gerência de Suprimento e Patrimônio

POSIÇÃO DO ESTOQUE DE MATERIAL PERMANENTE
EM 31.12.07

ITEM	SALDO ATUAL (R\$)	%
Armário, Fichário, Estante	-	-
Cadeira, Poltrona, Similares.	-	-
Equip.Informática	1.233.429,80	96,46
Máquinas e Equipamentos	30.622,24	2,41
Mesa	14.281,03	1,33
Veículos	-	-
Outros Materiais	-	-
TOTAL	1.268.333,07	100

Fonte: Gerência de Suprimento e Patrimônio

MATERIAL DE CONSUMO

MATERIAL DE CONSUMO ADQUIRIDO
2007

MÊS	Em R\$ 1,00	
	TOTAL	
Janeiro	801.155,40	
Fevereiro	256.204,97	
Março	155.040,60	
Abril	265.282,42	
Maió	821.526,84	
Junho	866.217,95	
Julho	1.714.110,99	
Agosto	755.025,49	
Setembro	455.416,03	
Outubro	387.431,61	
Novembro	422.799,74	
Dezembro	740.150,87	
TOTAL	7.640.362,91	

Fonte: Gerência de Suprimento e Patrimônio

**MATERIAL DE CONSUMO DISTRIBUÍDO
2007**

Em R\$ 1,00

MÊS	TOTAL
Janeiro	768.372,66
Fevereiro	328.177,88
Março	785.402,90
Abril	418.796,00
Maio	1.200.504,94
Junho	410.605,06
Julho	597.422,08
Agosto	742.034,99
Setembro	731.254,01
Outubro	801.114,00
Novembro	392.461,04
Dezembro	326.265,57
TOTAL	7.502.411,13

Fonte: Gerência de Suprimento e Patrimônio

CAPITAL

**MATERIAL DE CONSUMO DISTRIBUÍDO - CAPITAL
2007**

Em R\$ 1,00

MÊS	TOTAL
Janeiro	644.128,03
Fevereiro	226.683,88
Março	379.340,95
Abril	311.435,71
Maio	1.057.818,24
Junho	300.861,76
Julho	455.643,40
Agosto	507.731,93
Setembro	445.342,61
Outubro	560.816,43
Novembro	290.449,03
Dezembro	256.813,42
TOTAL	5.437.065,39

Fonte: Gerência de Suprimento e Patrimônio

**DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, POR ÓRGÃO - CAPITAL
2007**

CONSUMO					
MÊS	ORGÃOS				
	Tribunal de Justiça	IPRAJ	CGJ	Cartório Capit. , Juiz. Esp. E Juiz. de Menores	TOTAL
Janeiro	200.476,91	187.809,86	4.538,74	251.302,52	644.128,03
Fevereiro	39.596,19	122.853,18	7.011,77	57.222,74	226.683,88
Março	54.902,16	208.884,48	9.871,77	105.682,54	379.340,95
Abril	50.044,83	181.544,06	7.837,58	72.009,24	311.435,71
Mai	58.745,77	890.120,45	9.339,85	99.612,17	1.057.818,24
Junho	44.650,21	180.217,20	10.262,14	65.732,21	300.861,76
Julho	88.103,87	192.659,04	7.853,81	167.026,68	455.643,40
Agosto	87.631,40	194.172,87	6.136,49	219.791,17	507.731,93
Setembro	75.313,73	219.803,74	7.159,21	143.065,93	445.342,61
Outubro	116.201,05	318.114,81	6.188,16	120.312,41	560.816,43
Novembro	54.287,02	148.562,33	4.076,98	83.522,70	290.449,03
Dezembro	39.300,34	145.961,24	4.671,17	66.880,67	256.813,42
TOTAL	909.253,48	2.990.703,26	84.947,67	1.452.160,98	5.437.065,39
Part. %	16,72%	55,01%	1,56%	26,71%	100%

Fonte: Gerência de Suprimento e Patrimônio

INTERIOR

**MATERIAL DE CONSUMO DISTRIBUÍDO - INTERIOR
2007**

MÊS	TOTAL
Janeiro	124.244,63
Fevereiro	101494,00
Março	406.061,95
Abril	107.360,29
Mai	142.686,70
Junho	109.743,30
Julho	141.778,68
Agosto	234.303,06
Setembro	285.911,40
Outubro	240.297,57
Novembro	102.012,57
Dezembro	69.452,15
TOTAL	2.065.346,30

Fonte: Gerência de Suprimento e Patrimônio

**POSIÇÃO DO ESTOQUE DE MATERIAL DE CONSUMO
31.12.07**

ITEM	VALOR R\$	%
Material de Escritório	827.380,64	17,42
Material de Limpeza	483.918,40	10,19
Material Elétrico	139.702,76	2,94
Suprimento Gráfico	980.734,32	20,65
Suprimento Informática	1.339.250,85	28,20
Materiais de Pintura	46.228,94	0,97
Fardamentos	5.522,68	0,12
Extintores de Incêndio	-	-
Materiais de uso específico	55.192,73	1,16
Placas de Identificação de Setores	792,75	0,02
Alimentos	27.627,13	0,58
Compra Direta (estoque temporário)	39.066,82	0,82
Impressos	596.063,71	12,55
Pneus e Câmaras	207.862,70	4,38
TOTAL	4.749.344,43	100%

Fonte: Gerência de Suprimento e Patrimônio

- **Gestão Patrimonial** - Durante o exercício de 2007, a Supervisão de Controle Patrimonial, além das atribuições relativas aos registros dos bens móveis e imóveis como regularização de documentos, tombamentos, movimentações e baixas, realizou levantamento físico de algumas unidades na Capital e diversas Comarcas do Interior, dando seqüência à proposta de alcançar maior eficiência ao controle patrimonial iniciada em 2004. Ressaltamos a importância da realização do inventário como suporte para a base de dados do Sistema de Controle Patrimonial (SISPAT) que encontra-se em fase de conclusão, com algumas adaptações à nossa realidade em relação ao modelo concebido.

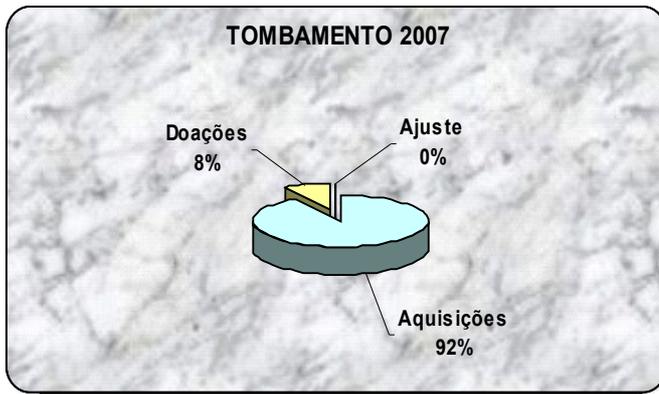
Inventário 2007

O levantamento dos bem móveis foi realizado no período entre maio e outubro de 2007 (06 meses), contemplando 08 unidades da Capital, com 1.103 bens levantados e 96 Comarcas do Interior com 22.278 bens levantados, totalizando 23.381 bens inventariados no exercício.

Esperamos contar em 2008 com o apoio Administrativo em dar continuidade ao projeto “O Controle Patrimonial” iniciado na gestão anterior, para cumprirmos o Plano de Ação previsto para este exercício, cujo sistema UNISPAT poderá ser migrado para o SISPAT,

objetivando racionalizar nossos trabalhos com a utilização de apenas um sistema de controle patrimonial.

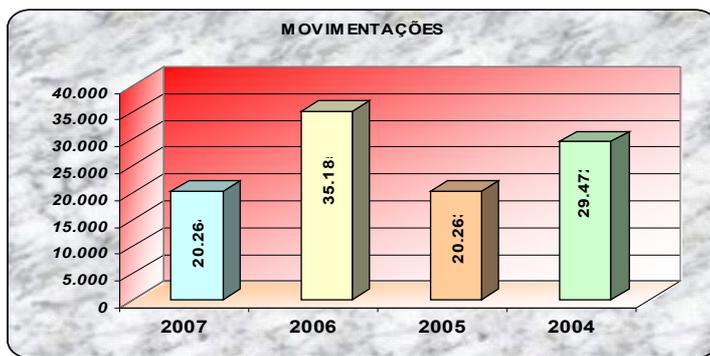
Aquisições de Bens Permanentes



Foram tombados durante o exercício, 12.759 bens móveis no valor total de R\$ 9.341.314,32, dos quais R\$ 791.064,00 em doações recebidas e R\$ 4.070,49 representam lançamentos extra-contábeis para fins de ajuste, resultando em um total de **aquisições no valor de R\$ 8.546.179,83.**

Movimentações de bens entre as unidades:

No decorrer do exercício de 2007, foram movimentados 20.264 bens entre as unidades do Poder Judiciário. Apesar dos esclarecimentos prestados pelo Supervisor durante os



encontros de Administradores de Fórum realizados na Capital, o número de comunicações referentes às transferências dos bens entre as unidades foi

considerado baixo. Sugerimos, portanto, que seja publicado no DPJ e divulgado no site do TJBA, a necessidade constante de atualização do inventário dos bens, bem como a alteração de nome dos titulares responsáveis, quando substituídos.

Baixas

Foram baixados 41 bens no total de R\$ 14.198,28, dos quais 13 por sinistro e 28 por doação.

Imóveis

No decorrer do ano, ocorreram 15 ocupações e 19 desocupações de imóveis funcionais e a incorporação de um terreno por doação (PA – 25544/2005) no valor de R\$ 30.000,00 para construção do Fórum na Comarca de Mairi.

Foi observado pela Supervisão de Controle Patrimonial, um atraso na comunicação em relação à efetiva ocupação ou desocupação dos imóveis funcionais, bem como o estado de conservação dos mesmos. Além dos esclarecimentos feitos pelo Supervisor quando dos encontros dos Administradores de Fórum realizados na Capital, faz-se necessário a divulgação em publicação no DPJ e site do TJBA, evidenciando a importância destas informações para o devido controle e tomada de decisões em tempo hábil.

Com a conclusão do MÓDULO DE BENS IMÓVEIS do sistema SISPAT no mês de novembro, a Supervisão está atualizando o cadastramento dos imóveis no referido sistema que, uma vez concluído, já poderá efetuar o cálculo da depreciação e desprezar o sistema UNISPAT, possibilitando a redução de custos de manutenção.

5.8 Documentação e Informação

➤ Serviços Postais

A prestação de serviços postais é feita através de contrato com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) para atendimento às diversas unidades judiciárias na Capital e no Interior do Estado. Os serviços são prestados na modalidade carta simples, carta registrada, SEDEX e PAC.

Demonstrativo de Despesas com Serviços Postais 2007

	Objeto	1° Trim	2° Trim	3° Trim	4° Trim	Total 2007	Total 2006	Varição
Valores	Coleta/Entreg	1.763.153	1.952.995	1.535.877	1.887.512	7.139.537	6.792.799	4,9%
	Malotes	34.220	39.440	44.653	47.023	165.337	149.781	9,4%
	Sedex	40.640	50.590	37.356	50.801	179.386	142.386	20,6%
	Total	1.838.013	2.043.025	1.617.886	1.985.336	7.484.260	7.084.966	5,3%

Fonte:NDI

➤ **Reprografia**

O serviço de reprografia é executado através de três contratos, sendo os dados apresentados a seguir:

**Demonstrativo de Utilização de Fotocópias
2007**

Local		Quantidade de Fotocópias				Total	
		1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim		
Capital	Centros Reprográficos	NAJ	888	1.938	1.013	4.067	7.906
		F.R. Barbosa	121.222	146.258	133.438	93.077	493.995
		T. Justiça	182.404	223.093	198.652	168.271	772.420
		IPRAJ	47.409	434.119	63.979	52.791	598.298
		F. Politécnica	12.515	15.611	13.757	14.202	56.085
		Total	364.438	821.019	410.839	332.408	1.928.704
	Outras Locações	357.611	374.220	354.450	317.212	1.403.493	
Total Capital		722.049	1.195.239	765.289	649.620	3.332.197	
Interior	1º Entrância	215.436	233.334	227.797	238.280	914.847	
	2º Entrância	197.869	218.506	170.237	191.625	778.237	
	3º Entrância	373.476	370.859	352.289	295.789	1.392.413	
	Total Interior	786.781	822.699	750.323	725.694	3.085.497	
Total Geral		1.508.830	2.017.938	1.515.612	1.375.314	6.417.694	
Pagamento		132.750	155.323	126.367	139.470	553.910	

Fonte:NDI

➤ **Impressão**

Objetivando melhorar o desempenho na utilização das franquias contratuais⁴, o Núcleo de Documentação e Informação - NDI em conjunto com a Gerencia de Serviços Gerais – GSG está desenvolvendo estudo para melhor adequar o consumo de fotocópias aos equipamentos locados e foi iniciado a partir do 2º trimestre.

Observa-se que para o período em análise utilizou-se, em média 4,85% a mais em relação as franquias mensais.

⁴ As quantidades de cópias previstas contratualmente como franquia variam em função do do tipo de equipamento contratado.

**Demonstrativo de Utilização de Fotocópias
2007**

Local	Quant.Má q.	Quantidade de Impressão			TOTAL	Média Mensal	Franquia Mensal	Percentual de utilização
		2º Trim	3º Trim	4º Trim				
IPRAJ	52	378.223	377.464	379.259	1.134.946	378.315	120.000	315,26%
Vlr da Fatura		25.347	17.261	26.647	43.908	23.085		

Fonte:NDI

➤ **Protocolo**

No que tange o Protocolo, as atividades da Assessoria de Protocolo/Arquivo e Microfilmagem consistem na abertura e movimentação de processos, incluindo o arquivamento quando estes findam. Também é efetuado atendimento ao público interno e externo, orientando-os quanto às questões de trâmites processuais. A seguir, o demonstrativo de processos abertos pelo Protocolo no exercício de 2007. A partir do 3º trimestre, com o novo sistema de protocolo, os registros começaram a ser computados.

**Demonstrativo de Abertura de Processos
2007**

Local	Quantidade de Processos Abertos		TOTAL
	3º Trim	4º Trim	
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	7.521	5.698	13.219
IPRAJ	7.083	6.189	13.272
FÓRUM RUY BARBOSA	1.674	1.340	3.014
Total	16.278	13.227	29.505

Fonte:NDI

➤ **Armazenamento e Guarda de Documentação**

A atividade refere-se ao armazenamento de processos judiciais e administrativos, além de documentações administrativas em caixas. Os documentos são acondicionados em caixa-box todas com a devida identificação de origem e localização nas estantes.

**Demonstrativo de Guarda de Documentos em Caixas
2007**

Guarda em Caixas		1° Trim	2° Trim	3° Trim	4° Trim
IPRA SECOM GISECAPI	Quantidade	26.262	26.722	268	28.533
	Quantidade	16.632	16.908	157	17.705
	Quantidade	29.833	30.711	435	34.191
Total Pago		27.973,40	78.058,05	903,00	83.739,60
Valor Unitário		0,35	0,35	0,35	0,35

Fonte:NDI

➤ **Guarda em Arquivos de Segurança de Microfilmes e Cd's**

A atividade consiste na guarda do microfilme original em armários especiais, em ambiente controlado, com umidade e temperatura monitorada.

**Guarda em Arquivo de Segurança de Microfilmes e Cd's
2007**

Item	1° Trim	2° Trim	3° Trim	4° Trim	Total 2007
Quantidade	87	87	87	87	348
Valor Unitário	120,00	120,00	120,00	120,00	120,00
Total	10.440,00	10.440,00	10.440,00	10.440,00	41.760,00

Fonte:NDI

➤ **Consultas no Acervo**

Refere-se à movimentação de caixas e processos dentro do galpão de guarda, para consulta, atendendo as necessidades do Tribunal de Justiça, como também as partes dos processos.

**Demonstrativo das Consultas ao Acervo
2007**

Unidade	1°Trim	2°Trim	3°Trim	4°Trim	Total 2007
Seconge	1.103	2.708	2.679	1.951	8.441
Secapi	1610	189	218	153	2.170
IPRAJ	292	243	351	161	1.047
Vaor Unitário	1,49	1,49	1,49	1,49	1,49
Valor Pago	4.477	4.679	4.840	3.375	17.370

Fonte:NDI

➤ **Coleta de Documentos**

Serviço que consiste no recolhimento da documentação nas unidades do Poder Judiciário, dentro da região metropolitana de Salvador. As demais unidades SECOMGE e SECAPI fazem a atividade com veículo disponibilizado para essa finalidade.

**Demonstrativo das Coletas de Documentos
2007**

	Item	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim	Total
Coleta	Quantidade	952	1.049	1.394	2.065	5.460
	Valor Unitário	1,67	1,67	1,67	1,67	1,67
	Total	1.589,84	1.751,83	2.327,98	3.448,55	9.118,20

Fonte:NDI

➤ **Indexação de Documentação**

Atividade que consiste em fazer a referência da documentação na caixa onde essa é acondicionada em sistema de pesquisa.

**Demonstrativo das Indexação de Documentos
2007**

	Item	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim	Total
Indexação	Quantidade	878	168	691	1.124	2.861
	Valor Unitário	0,70	0,70	0,70	0,70	0,70
	Total	614,60	117,60	483,70	786,80	2.002,70

Fonte:NDI

➤ **Organização da Documentação**

A atividade consiste em reorganizar, tirar grampos e clips, armazenar no volume adequado à caixa Box e separar caso haja algum documento que não seja pertinente ao informado.

Demonstrativo Organização Documental 2007

	Item	1° Trim	2° Trim	3° Trim	4° Trim	Total
Organização	Quantidade	2.096	1.317	1.363	1.124	5.900
	Valor Unitário	3,26	3,26	3,26	3,26	3,26
	Total	6.832,96	4.293,42	4.443,38	3.664,24	19.234,00

Fonte:NDI

➤ Digitalização de Documentos

Essa atividade foi continuada, apesar de ainda não termos a TTD, por questões estratégicas, necessárias ao bom andamento da Gerência de Recursos Humanos. O serviço consiste em criar uma imagem do documento, a qual pode ser gravada em CD/DVD ou armazenada em banco de dados. Abaixo quadro demonstrativo da digitalização neste exercício:

Demonstrativo Digitalização Documental 2007

	Item	1° Trim	2° Trim	3° Trim	4° Trim	Total
Digitalização	Quantidade	210.877	66.614	26.161	13.625	317.277
	Valor Unitário	0,12	0,12	0,12	0,12	0,12
	Total	25.305,24	7.993,68	3.139,32	1.635,00	38.073,24

Fonte:NDI

5.9 Serviços Gerais

➤ Manutenção e Conservação

Em relação ao exercício de 2006 observa-se um aumento de 6,09% proveniente da maior utilização dos serviços de manutenção, ressalta-se que para melhorar estes serviços principalmente no que refere-se a utilização de mão de obra (pedreiro, pintor, encanador, etc) foi realizado novo processo licitatório e atualmente a gerencia está contando com equipes fixas nas grande unidades como Tribunal de Justiça, Fórum Ruy Barbosa, IPRAJ, dentre ou-

tras e equipes moveis para atendimento de manutenção preventiva e corretiva.

Demonstrativo de Gastos com Manutenção 2007

OBJETO	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	Total
Controle de Água	401	1.202	1.202	3.629	6.432
Forn. de Vidros e Molas	0	7.589	9.272	17.600	34.461
Manut. de Geradores	8.539	8.539	8.539	8.260	33.878
Manut. de Elevadores	52.430	51.707	51.707	47.779	203.622
Manut. de Estabilizadores	7.350	7.350	7.350	7.350	29.400
Manut.Máq. Escrever/Calculadora	5.353	3.455	3.918	7.580	20.307
Manut. Ar Condicionado	180.617	190.232	209.984	194.244	775.076
Manut. No Break	14.800	12.600	12.600	12.600	52.600
Mant. Painéis Eletrônicos	8.400	8.400	8.400	8.400	33.600
Manut. Portões	1.260	1.260	1.260	1.260	5.040
Manut. Sist. Automação	36.088	36.088	36.088	36.615	144.879
Manut. Sist. Segurança	4.800	4.800	4.800	4.800	19.200
M.Obra p/ Manutenção	222.707	227.079	181.335	275.130	906.251
Total 2007	542.745	560.300	536.454	625.247	2.264.747
Total Exercício 2006	490.153	541.187	525.484	577.945	2.134.769
Varição 2007/2006	10,73%	3,53%	2,09%	8,18%	6,09%

Fonte:GSG

➤ **Locação de imóveis**

Nas locações da capital, observa-se um acréscimo em relação ao exercício anterior em virtude da aumento de oito novos contratos de locação e reajustes contratuais. Em relação as locações do interior do Estado o aumento ocorreu devido a substituição do imoveis cedidos por Prefeituras, novas locações, além das locações de alugueis provisórios para abrigar as unidades integrantes dos fóruns em virtude de reformas.

Gastos com Locação de Imóveis 2007

Natureza	1º Trim	2ºTrim	3ºTrim	4ºTrim	Total
Capital					
Pessoa Jurídica	342.956	379.838	537.592	510.800	1.771.186
Pessoa Física	33.874	106.278	114.338	116.224	370.714
Total	376.830	486.116	651.930	627.024	2.141.900
Interior					
Pessoa Jurídica	596	596	596	770	2.558
Pessoa Física	130.112	130.112	131.449	137.949	529.621
Total	130.707	130.707	132.045	138.720	532.179
Total	884.367	616.824	783.975	765.743	2.674.079

Fonte:GSG

➤ **Zeladoria**

Abaixo, são demonstrados os gastos com a zeladoria onde se buscou a eficiência dos trabalhos, aproveitando no interior a mão-de-obra cedida por Prefeituras, através de convênios.

**Gastos com Zeladoria
2007**

Item	1ºTrim.	2ºTrim.	3ºTrim.	4ºTrim.	Total 2007
Prestadora Serviços	2.002.406	2.225.406	2.225.406	2.246.185	8.699.402
Convênios Prefeituras	152.979	197.131	162.520	209.222	721.852
Total	2.155.385	2.422.536	2.387.926	2.455.407	9.421.254

Fonte:GSG

➤ **Concessionárias de Serviços Públicos**

O quadro abaixo demonstra as despesas referentes às concessionárias de Serviços Públicos. Em relação a telefonia fixa, as medidas de restrição de chamadas e campanhas de economia demonstraram um resultado de economia em 3,09%, já a telefonia móvel a economia de 42,09% deve-se ao novo contrato que prevê redução de tarifa, principalmente para o grupo, e a implantação de cotas de utilização restringindo o consumo.

**Gastos com Concessionárias de Serviços Públicos
2007**

Credor	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	TOTAL 2007	TOTAL 2006	Varição
Energia Elétrica	1.189.168	1.273.061	1.161.275	1.534.863	5.158.367	3.157.708	38,78%
Água	288.446	274.471	272.944	356.483	1.192.343	804.639	32,52%
Telefonia Fixa	687.017	1.141.398	1.149.521	1.101.524	4.079.459	4.205.497	-3,09%
Telefonia Móvel	51.574	52.583	24.828	29.540	158.526	225.257	-42,09%
Total	2.216.205	2.741.513	2.608.568	3.022.410	10.588.695	8.393.101	20,74%

Fonte:GSG

➤ **Centrais Telefônicas**

Com a contratação de um técnico para manutenção das centrais telefônicas houve um incremento na variação e ao mesmo tempo uma melhoria no atendimento. O mesmo aconte-

ceu com a locação devido aos reajustes nos contratos.

Gastos com Centrais Telefônicas 2007

Objeto	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim	Total 2007	Total 2006	Varição
Locação	348.650	334.269	348.650	352.910	1.384.478	1.223.380	13,17%
Manutenção	34.525	35.328	36.019	39.811	145.684	129.600	12,41%
Total	383.175	369.597	384.669	392.721	1.530.162	1.352.980	13,10%

Fonte:GSG

➤ Segurança

Abaixo são demonstrados os gastos com a segurança, incluindo o reajuste do convênio com a Polícia Militar e o incremento de pessoal nas comarcas de Laje, Itacaré e Canavieiras.

Gastos com Segurança 2007

Objeto	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim	Total 2007	Total 2006	Varição
Segurança	587.416	615.983	622.817	621.367	2.447.583	1.605.603	34,40%

Fonte:GSG

➤ Outros Serviços

A tabela abaixo aponta os diversos gastos oriundos de outros serviços:

Gastos com Outros Serviços 2007

Natureza	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
Vagas Estacionamento	3.663	6.400	7.200	8.960
Controle de Pragas	6.060	7.770	3.050	380
Lavagem Tapetes/Similares	3.935	1.554	1.871	1.396
Aquisição de Água Mineral	59.311	53.620	73.573	51.261
Lanches 1ª e 2ª V Privativas	6.233	9.694	9.524	11.415
Refeições 1ª e 2ª V Privativas	12.542	21.528	22.901	32.198
Plotagem Eletrônica - EBCT	0	1.367	1.290	1.591
Total Exercício 2007	91.745	101.933	119.408	107.202

Fonte:GSG

5.10 Impressão e Publicação

➤ Produção Gráfica

A produção gráfica, no exercício, foi de 109⁵ milhões de unidades. Essa produção pode ser representada por dois grandes grupos:

- a) Diário do Poder Judiciário – DPJ
- b) Outros Produtos

Produção Gráfica

Período	DPJ	Diversos	Soma	Encadernações	Plastificações	Total
1º Trim	20.264.194	5.647.928	25.912.122	277	142	25.912.541
2º Trim	24.905.306	5.896.697	30.802.003	405	192	30.802.600
3º Trim	24.495.156	5.041.676	29.536.832	812	629	29.538.273
4º Trim	20.343.202	2.756.826	23.100.028	1.515	646	23.102.189
Total	90.007.858	19.343.127	109.350.985	3.009	1.609	109.355.603
Média	22.501.965	4.835.782	27.337.746	752	402	27.338.901

Fonte: GIP

Diário do Poder Judiciário

Como produto principal da gráfica, foram produzidas e distribuídas, no período, 691 mil unidades com média de 130 páginas por exemplar, num total de 90 milhões de impressos.

Produção do Diário do Poder Judiciário

Período	Capital		Interior		Total	
	Diários	Páginas	Diários	Páginas	Diários	Páginas
1º Trim	110.249	19.514.314	58.477	749.880	168.726	20.264.194
2º Trim	124.700	24.064.884	67.744	840.422	171.759	24.905.306
3º Trim	113.266	23.788.812	64.875	706.344	178.141	24.495.156
4º Trim	110.556	19.837.428	61.857	505.774	172.413	20.343.202
Total	458.771	87.205.438	252.953	2.802.420	691.039	90.007.858
Média	114.693	21.801.360	63.238	700.605	172.760	22.501.965

Média
de Pag. 130,25

A produção do interior corresponde às comarcas de 3ª entrância – Alagoinhas, Barreiras, Brumado, Camaçari, Candeias, Feira de Santana, Gandu, Lauro de Freitas, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, Senhor do Bonfim, Serrinha, Simões Filho, Valença e Vitória da

⁵Correspondem ao total das páginas impressas de produtos como: DPJ, livros, manuais, cartazes, guias, formulários etc.

Conquista.

A distribuição espacial correspondeu a:

- a) 40,04% para assinantes;
- b) 17,01% para bancas ;
- c) 42,37% para uso no Poder Judiciário.
- d) 0,57% Cortesia

Distribuição do Poder Judiciário

Período	Produção				Total
	Bancas	Assinantes	Poder Judiciário	Cortesia	Produção
1º Trim	28.391	68.097	71.138	1.100	168.726
2º Trim	32.391	70.200	68.241	927	171.759
3º Trim	28.676	72.248	76.225	992	178.141
4º Trim	28.075	66.179	77.216	944	172.414
Total	117.533	276.724	292.820	3.963	691.040
Média	29.383	69.181	73.205	991	172.760
%	17,01%	40,04%	42,37%	0,57%	100,00%

A comercialização do DPJ , equivalente a coluna de bancas, corresponde aos valores arrecadados com vendas em locais diversos, como: Comércio, Shopping Barra, Praça Municipal, Graça, Pituba, Praça Castro Alves e nas bancas localizadas nas 25 comarcas de 3ª entrância, cuja matérias são publicadas semanalmente em DPJs próprios.

Os valores arrecadados com assinantes corresponde a assinaturas recebidas no posto avançado do Fórum Ruy Barbosa, na Supervisão de Controle e Distribuição e junto a Informativa – Distribuidora de Impressos Ltda.

Outros Produtos

Englobam nesta rubrica, livros, revistas, *folders*, cartilhas, ofícios, cartazes, formulários diversos e blocos, dentre outros, tendo sido produzidas 19,34 milhões de unidades.

É dado destaque para: Jornal IPRAJ, Formulário de Controle de Telefonia, Ofício Timbrado, Listas de Postagem de Correspondência, Bloco Receituário Médico, Fichas Pautadas-Autos, Capa de Processo JDC, Papéis Ofício Timbrado, Bloco Avaliação Médica, Certidões de Casamento, Boletim Informativo, Livreto Guia Institucional, Cartão da Presidência, Solicitação-Habilitação de Casamento, Folders Para Curso (GRH), Livro Legislação,

Fichas-Provas de Identidade, Cartaz de conciliação, Translado de Escritura e Folheto Balcão.

Entre o 3º e 4º trimestre do presente exercício houve uma redução na produção de impressos da ordem de 55%. Este decréscimo foi causado pelo direcionamento do pessoal para o departamento de acabamento e finalização de impressos, o qual teve como objetivo atender a solicitação de serviços oriundos do Almoxarifado e GSP.

Receitas

A receita do exercício foi de R\$ 1.585.213,14 (um milhão, quinhentos e oitenta e cinco mil, duzentos e treze reais e quatorze centavos), sendo que no primeiro trimestre foi de R\$ 338.973,51, no segundo trimestre de R\$ 465.499,54, no terceiro trimestre foi de R\$ 404.513,41 e no quarto trimestre foi R\$ 376.226,68, conforme tabela abaixo:

Receita em 2007

Vendas	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim	Total 2007
	Valor	Valor	Valor	Valor	
Editais	258.014,00	275.871,30	334.813,10	285.025,50	1.153.723,90
Assinaturas	49.339,50	158.783,00	43.259,00	57.525,10	308.906,60
Bancas	12.073,21	13.072,94	9.359,71	13.864,08	48.369,94
TRE	13.178,10	12.207,00	11.813,10	14.391,00	51.589,20
OAB	6.368,70	5.565,30	5.268,50	5.421,00	22.623,50
Total	338.973,51	465.499,54	404.513,41	376.226,68	1.585.213,14

Fonte: GIP

O somatório da receita nos quatro trimestre corresponde aos recebimentos decorrentes de assinaturas do DPJ-Diário do Poder Judiciário, Editais, Vendas Diretas e publicações veiculadas do DPJ com as matérias do TRE-Tribunal Regional Eleitoral e OAB-Ordem dos Advogados do Brasil, conforme tabela acima.

5.11 Licitação

Verifica-se no exercício de 2007 uma economia de R\$5.865.208 em relação aos valores

estimados para os processos de licitações, representando uma redução e economicidade de 28,07%.

Modalidade	Valor Estimado	Valor Contratado	Economia	Variação %
Convite	124.274,19	103.830,26	R\$ (20.443,93)	-16,45%
Tomada de Preços	1.994.633,45	1.405.607,10	R\$ (589.026,35)	-29,53%
Concorrência Pública	6.632.193,56	5.771.915,43	R\$ (860.278,13)	-12,97%
Pregão Eletrônico	6.739.562,28	3.768.357,31	R\$ (2.971.204,97)	-44,09%
Pregão Presencial	5.404.990,00	3.980.735,00	R\$ (1.424.255,00)	-26,35%
TOTAL	R\$ 20.895.653,48	R\$ 15.030.445,10	(R\$ 5.865.208)	-28,07%

Fonte:CCL

Ressalta-se que a Coordenação de Licitação implantou, em 2007, o Sistema Integrado de Licitações e Cadastro de Fornecedores do Poder Judiciário.

CONTROLE E TRANSPARÊNCIA

6 Controle e Transparência

A Administração do IPRAJ teve como princípios basilares na implementação do seu plano de gestão, no exercício de 2007, a ênfase na modernização do Poder Judiciário, a difusão de valores como a ética, transparência e motivação, a transformação da cultura organizacional e o compromisso com a qualidade no atendimento à sociedade baiana, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal de Justiça.

Na implementação de seu plano de trabalho, seguindo a linha diretiva traçada, o IPRAJ adotou ações planejadas, identificando objetivos a serem atingidos através dos projetos e atividades aplicados na consecução das suas finalidades, possibilitando um controle imediato, interno ou externo, dos recursos envolvidos e dos resultados alcançados, assim como, tornando possível a adoção de ações saneadoras e transparentes visando a regularização das inconsistências identificadas e decorrentes destes controles, conforme a seguir demonstrado:

6.1 Acompanhamento das Solicitações de Auditorias e Inspeções do TCE

A Autarquia acompanhou todas as fases dos trabalhos desenvolvidos pelo Tribunal de Contas do Estado durante o exercício de 2007. Para a realização desse trabalho a Administração do IPRAJ, através de sua Controladoria centralizou as demandas de informação do TCE, visando aperfeiçoar o atendimento e monitoramento das solicitações efetuadas às unidades, através das seguintes projetos de auditoria:

Ordem de serviço nº A-024/2007, objetivando verificar a regularidade da execução orçamentária, financeira e patrimonial, a fidedignidade da prestação de contas e das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2006 e o cumprimento das disposições legais aplicáveis ao IPRAJ e FAJ.

CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DE SOLICITAÇÕES DO TCE – OS A-24/07			
Nº	Solicitação	Assunto	Gerência
01	001-EN/07	Processos licitatórios e contratos administrativos	CCL, GID, GFA, GPO, GRH e GSP
02	002-EN/07	Contrato 04/06-S (Telemar) e Contrato 56/06-S (Idéia Digital)	GID
03	003-EN/07	Contrato 40/06-S (Unitech Tecnologia da Informação)	GID
04	004-EN/07	Processo da Tomada de Preços nº 19/06	GPO

CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DE SOLICITAÇÕES DO TCE – OS A-24/07			
05	005-EN/07	Contrato celebrado com a empresa Informativa Distribuidora Contrato celebrado com a empresa Chaves Pinto Comércio	GFA GSP
06	006-EN/07	Processo do Pregão nº 09/2006 e Pregão 59/2006 Contrato nº 22/06-EM (Terraza Engenharia e Construções Ltda)	CCL GPO
07	007-EN/07	Contratos administrativos de obras de engenharia	GPO
08	008-EN/07	Contrato celebrado com a ENTEL Telecomunicações	GSG
09	009-EN/07	Contrato celebrado com a AGF Brasil Seguros	GSP
10	010-EN/07	Processo licitatório para seguro contra incêndio Processo licitatório de fornecimento de vale refeição	GSP GRH
11	011-EN/07	Contrato 035/06-S (Banco Bradesco)	GFA
12	012-EN/07	Concorrência Pública nº 05/06 e Tomada de Preços nº 011/06 Contrato 035/06-S (Banco Bradesco) Convite nº 017/06, Contrato nº 056/06-S e Termo Aditivo nº 04/07	GPO GFA GID
13	01-AC/07	Processos de pagamento e contratos administrativos	GSP
14	02-AC/07	Contrato nº 139/03-S, termos aditivos e processos de pagamento	GSG
15	03-AC/07	Contratos nº 13/05-S (MSW), 91/05-S (Netra) e 73/05-S (Produx)	GID
16	04-AC/07	Processos de pagamento, contratos administrativos e aditivos	GSP e GFA
17	05-AC/07	Relatórios referentes às Portarias IPRAJ nºs 155/07 e 156/07	SUPERINT
18	06-AC/07	Saldos existentes no estoque do almoxarifado	GSP
19	07-AC/07	Distribuição de material permanente	GSP
20	08-AC/07	Processos de pagamento Lebre Tecnologia	GSP
21	09-AC/07	Aquisição de material de limpeza Bens adquiridos em exercícios anteriores e não distribuídos Existência de saldo a menor no razão auxiliar	GSP
22	10-AC/07	Contrato nº 20/04-S (CEPARH)	GFA
23	11-AC/07	Reitera solicitações nº 06-AC/07, 07-AC/07 e 09-AC/07	GSP
24	12-AC/07	Licitação Pregão nº 05/07 – aquisição de computadores	GID
25	01-VC/07	Processos de pagamentos, contratos e aditivos (Monkal, Coelba, EBCT, Liceu de Artes e Ofícios)	GSG
26	02-VC/07	Processos de pagamentos, contratos e aditivos (Telemar, Sysdesign Consultoria, FLEM, Oracle do Brasil, Sun Microsystems, Unitech Tecnologia e Scrib Informática)	GID
27	03-VC/07	Processos de pagamentos: Despesas de Exercícios Anteriores e Diárias Pessoal Civil	GFA
28	04-VC/07	Contrato nº 139/03-S (Monkal Empreendimentos)	GSG
29	05-VC/07	Processo Administrativo 36774/2006 Folha de pagamento e benefícios concedidos (Monkal) Pagamentos da empresa Monkal Empreendimentos	GSG
30	06-VC/07	Discriminações das atribuições legais e o quantitativo de pessoal dos cargos previstos nas Leis 5.516/89, 8.977/04 e 9.653/05	GRH
31	07-VC/07	Pagamentos da empresa Scrib Informática e da Fundação Luis Eduardo Magalhães	GID
32	08-VC/07	Quadro de pessoal lotado como Analista de Sistema	GID
33	09-VC/07	Lei 4.320/64, Lei 2.322/66, Decretos Judiciários nºs 16/00 e 22/00, Normas FI 009/01 e AD 001/97, Portaria nº 541/00	GFA
34	10-VC/07	Processos de pagamento, contrato e aditivos (Liceu de Artes)	GSG
35	11-VC/07	Convênio de cessão de pessoal firmados coma as prefeituras	GSG
36	12-VC/07	Diárias pessoal civil	GFA
37	13-VC/07	Reitera solicitação nº 06-VC/07	GRH

CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DE SOLICITAÇÕES DO TCE – OS A-24/07			
38	01-SF/07	Processos de pagamento, convênio e aditivos	GRH
39	02-SF/07	Processos de pagamento, convênio e aditivos	GID
40	04-SF/07	Controles da Execução Orçamentária e Financeira do IPRAJ/FAJ	ASPLAN
41	05-SF/07	Processos de pagamento, convênio e aditivos	GFA
42	06-SF/07	Convênio 078.036C.RH.1, Convênio SEINFRA, Convênio IBGE	GRH
43	07-SF/07	Contratos REDA 2006	GRH
44	08-SF/07	Contratos REDA 2005 e dados referentes ao REDA 2006	GRH
45	09-SF/07	Reitera solicitação 06-SF/07	GRH
46	10-SF/07	Contratos REDA TJ/IPRAJ X REDA Poder Executivo	GRH
47	11-SF/07	Reitera itens das Solicitações nº 08-SF/07, 09-SF/07 e 10/SF/07	GRH
48	12-SF/07	Cessão de pessoal – Convênio IBGE	GRH
49	01-RC/07	Acompanhamento dos achados de auditoria exercício 2005	GRH, ASPLAN, GID e GFA
50	02-RC/07	Relação nominal do pessoal contratado sob REDA 2006	GRH
51	03-RC/07	Relatórios de Auditoria realizados pelo Controle Interno	CTL
52	04-RC/07	Pagamento de verba a magistrados Pagamento ao pessoal denominado “cliente C”	GRH

Ordem de serviço nº A-162/2007, objetivando acompanhar a execução orçamentária, e os contratos e convênios, relativos ao período de 01/01/07 a 30/09/07, verificando o cumprimento à legislação aplicável, além de aspectos pertinentes à economicidade, eficiência e eficácia.

CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DE SOLICITAÇÕES DO TCE – A-162/07			
Nº	Solicitação	Assunto	Gerência
01	01-MC/07	Relação atualizada dos gestores do IPRAJ Demonstrativos de contratos e convênios celebrados em 2007 Demonstrativos das licitações realizadas em 2007	Todas as unidades gestoras
02	02-MC/07	Processos de pagamento	GSP e GSG
03	03-MC/07	Processos de pagamento	GSG e GFA
04	04-MC/07	Contratos Administrativos e Termos Aditivos Documentos comprobatórios relativos à caução	GSG e GFA
05	05-MC/07	Processos de pagamento, contratos e aditivos	GFA e GID
06	06-MC/07	Veículo com motorista para visita ao Almoxarifado	GSG
07	07-MC/07	Processos de pagamento	GSG, GFA e GSP
08	08-MC/07	Processos de pagamento, contratos e termos aditivos	GSG
09	09-MC/07	Controle da execução de diversos contratos	GSG
10	10-MC/07	Processo de pagamento Processo TCE/00489/2007 – contas de administrador – 2006	GRH SUPERINT
11	11-MC/07	Controle na execução de diversos contratos	GFA e GSG
12	06-FB/07	Processo licitatórios	CCL
13	07-FB/07	Listagens das sindicâncias e processos administrativos	SUPERINT
14	08-FB/07	Lista das dispensas e inexigibilidade de licitação	Unid. Gestoras
15	09-FB/07	Dispensas de licitação e processos administrativos	GSP, GPO e GID
16	10-FB/07	Dispensas e inexigibilidades de licitação	GRH

CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DE SOLICITAÇÕES DO TCE – A-162/07			
17	11-FB/07	Controle de execução de diversos contratos	GSG
18	12-FB/07	Dispensa de licitação nº 193/07 PRJ/GRH	GRH
19	01-JL/07	Processos de pagamento	GSG e GSP
20	02-JL/07	Contratos administrativos e termos aditivos	GSP, GFA e GPO
21	01-RB/07	Contrato administrativos e termos aditivos	GID
22	02-RB/07	Quadro de pessoal lotado como Analista de Sistema	GID
23	03-RB/07	Processos de pagamento, contratos administrativos e aditivos	GID
24	04-RB/07	Reitera a solicitação nº 02-RB/07	GID
25	05-RB/07	Controle na execução de diversos contratos administrativos	GID
26	06-RB/07	Processos de pagamento, contratos administrativos e aditivos	GID
27	03-RC/07	Valores liquidados das despesas com pessoal serventuários	GRH

6.2 Implementação de Grupo de Trabalho para Unidades Gestoras do Interior

O grupo de trabalho formado por servidores da Asplan, Controladoria e Coordenação de Prepostos apresentou relatório contendo sugestões de critérios para criação de novas comarcas descentralizadas.

6.3 Transparência nas Ações Sanadoras

- As inconsistências apresentadas pelo TCE nos exercícios anteriores quando da análise das contas da Autarquia foram observadas e ratificadas em sua íntegra, com destaque para algumas ações saneadoras:
- Implantação do Plano Diretor do Poder Judiciário – PDJ, um conjunto de projetos e metas que proporcionarão um melhor acompanhamento e monitoramento das ações do Poder Judiciário, conforme determina a Resolução nº 137/2000 do Tribunal de Contas do Estado;
- Desenvolvimento do Sistema de Patrimônio integrando as áreas de compras, patrimônio e almoxarifado através dos módulos de controle dos bens móveis, imóveis e de consumo, abrangendo o Almoxarifado Central, cujo prazo de conclusão é de fevereiro de 2008, que fortalecerá os controles relacionados ao gerenciamento de patrimônio do Poder Judiciário;
- Adoção de novas rotinas operacionais visando interagir as unidades da Gerência de Informática e Desenvolvimento Tecnológico e da Gerência de Suprimento e de Patrimônio envolvidas no processo de aquisição de suprimento de informática,

objetivando eliminar os riscos de uma aquisição demasiada e de má qualidade, destacando-se o levantamento da real situação do parque de informática e a realização de testes de qualidade nas amostras aprestandas pelos licitantes;

- Rescisão do contrato nº 04/2003, firmado com o Liceu de Artes e de Ofício, que tinha por objetivo a prestação de serviços de 40 profissionais motoristas, cuja desembolso deveria ser computado em outras despesas de pessoal, segundo o Tribunal de Contas do Estado;
- Adequação orçamentária dos valores das faturas pagas à empresa Monkal Empreendimentos Ltda na dotação de recursos consignada na atividade 2000 – manutenção dos serviços técnicos e administrativos;
- Alteração no procedimento de concessão de diárias de pessoal civil, cujas concessões somente poderão ser autorizadas após a comprovação das diárias anteriormente concedidas no prazo de 05 dias após o retorno à sede, notificando-se os servidores que não cumprirem este prazo;
- Recuperação de créditos fiscais no montante de R\$ 1.202.595,07 no biênio 2006/2007, com um aumento de 189% em relação ao biênio 2004/2005, que totalizou R\$ 414.909,61;
- Realização de estudos técnicos objetivando nova contratação de serviços de limpeza e conservação nas dependências do Poder Judiciário a ser licitada no primeiro semestre de 2008.